



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0080/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025
EDITAL Nº: 010/2025

O Ord. de Desp./Pref. Mun. de Abaré/BA, por intermédio das Secretarias Municipais, torna público para conhecimento de todos que a licitação acima especificada, terá a abertura das propostas para o dia 26 de março de 2025, às 09h:00min, cujo OBJETO: Aquisição de Material de Construção para reparos, reforma e manutenção dos departamentos e prédios públicos municipais; Material Elétrico para reparos, reformas e manutenção dos departamentos e Iluminação Pública; Material de Limpeza Pública e Equipamento de Proteção Individual e Material Hidráulico e Elétrico para reparos, reformas e manutenção de Poços Artesianos e Adutoras no município de Abaré, durante o exercício de 2025, com previsão de entrega parcelada até 31 de dezembro de 2025, conforme especificações e condições constantes no Anexo I no edital do certame. TIPO: Menor Preço Por **Lote**. LEGISLAÇÃO: Lei Federal Nº: 14.133/2021, Decreto Municipal Nº: 04/2024 e Leis Complementares Nº'S: 123/2006 e 147/2014. Infor.: Pref. Mun. das 08h00min às 12h00min, de segunda à sexta-feira. A retirada de edital, através do site/e-mail: licitanet.com.br e quanto á realização da sessão pública do Pregão Eletrônico, será realizada no site: licitanet.com.br. Informações adicionais poderão serem obtidas por meio do e-mail: copel.abare@gmail.com e telefone (0xx75) 3287-2222/2470. Abaré/BA, 14 de março de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO/LICITAÇÃO

Nº: 0080/2025

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

Nº: 010/2025-PE

Aquisição de Material de Construção para reparos, reforma e manutenção dos departamentos e prédios públicos municipais; Material Elétrico para reparos, reformas e manutenção dos departamentos e Iluminação Pública; Material de Limpeza Pública e Equipamento de Proteção Individual e Material Hidráulico e Elétrico para reparos, reformas e manutenção de Poços Artesianos e Adutoras no município de Abaré, durante o exercício de 2025, com previsão de entrega parcelada até 31 de dezembro de 2025, conforme especificações e condições constantes no Anexo I no edital do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

EDITAL Nº: 010/2025-PE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0080/2025

O Município de Abaré/BA, inscrita no CNPJ Nº: **13.915.657/0001-20**, situada na **Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP: 48.680-000, Abaré/BA**, torna público, para conhecimento dos interessados, em estrita observância às normativas vigentes de licitações, transparência e proteção de dados, que realizará processo licitatório para a **Aquisição de Material de Construção para reparos, reforma e manutenção dos departamentos e prédios públicos municipais; Material Elétrico para reparos, reformas e manutenção dos departamentos e Iluminação Pública; Material de Limpeza Pública e Equipamento de Proteção Individual e Material Hidráulico e Elétrico para reparos, reformas e manutenção de Poços Artesianos e Adutoras no município de Abaré, durante o exercício de 2025, com previsão de entrega parcelada até 31 de dezembro de 2025**, conforme especificações e condições constantes no Anexo I no edital do certame.

Este procedimento ocorrerá na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, modo de disputa **ABERTO**, seguindo o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme estabelecido pela Lei Federal Nº: 14.133, de 01/04/2021 e no Decreto Municipal Nº: 04/2024, as Leis Complementares Nº'S: 123/2006 e 147/2014 e suas atualizações, bem como todas as demais condições dispostas no edital.

- **INICIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** Dia 17/05/2025 às 8:00 (OITO) HORAS.
- **FIM DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:** Dia 26/03/2025 às 08:59 (OITO HORAS E CINQUENTA E NOVE MINUTOS).
- **ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:** Dia 26/03/2025 às 09:00 (NOVE HORAS).
- **SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.licitanet.com.br
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília/DF.

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Aquisição de Material de Construção para reparos, reforma e manutenção dos departamentos e prédios públicos municipais; Material Elétrico para reparos, reformas e manutenção dos departamentos e Iluminação Pública; Material de Limpeza Pública e Equipamento de Proteção Individual e Material Hidráulico e Elétrico para reparos, reformas e manutenção de Poços Artesianos e Adutoras no município de Abaré, durante o exercício de 2025, com previsão de entrega parcelada até 31 de dezembro de 2025, conforme especificações e condições constantes no Anexo I no edital do certame e seus anexos e no Termo de Referência.**

1.2. A licitação será **POR LOTE**, de acordo com a tabela apresentada no Termo de Referência.

1.3. O critério de seleção adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que atendidas todas as exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos e no Termo de Referência referentes às especificações do objeto.

1.4. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema www.licitanet.com.br e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

1.5. Os produtos com valores superiores ao montante de referência estabelecido nesta licitação não serão adquiridos/contratados.

2 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.1. As despesas oriundas do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

no Orçamento deste município, com dotação suficiente, obedecendo ao **ORÇAMENTO VIGENTE**, sendo:

SECRETARIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ORG/UNID.	PROJ./ATIV.	ELEM. DE DESP.	FONTE
Sec. Mun. de Administração	04.122.0005	05.00/05.05	2.401	3.3.90.30.00	1.500.0000
Sec. Mun. de Educação	10.301.0008	06.00/06.06	2.501	3.3.90.30.00	1.500.1001
Sec. Mun. de Desenvolvimento Social	08.244.0007	07.00/07.07	2.601	3.3.90.30.00	1.500.0000
Sec. Mun. de Saúde	10.301.0008	08.00/08.08	2.701	3.3.90.30.00	1.500.1002 1.500.1002
Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Urbanos	04.452.0012	12.00/12.12	2.921	3.3.90.30.00 4.4.90.52.00	1.500.0000 1.500.0000

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site <https://licitanet.com.br/>. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal, bem como na presunção da capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão na modalidade eletrônica.

3.4. O licitante que deixar de marcar o campo da Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Nº: 123, de 2006, mesmo que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações realizadas em seu nome, confirmando a veracidade de suas propostas e lances, incluindo atos praticados diretamente ou por seu representante. Nesse sentido, isenta-se o provedor do sistema e a entidade promotora da licitação de qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que praticados por terceiros.

4- DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site: <https://licitanet.com.br/>.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, previsto na Lei Complementar Nº: 123/2006 alterada pela Lei Complementar Nº: 147/2014, para as sociedades cooperativas mencionadas no Artigo 34 da Lei Nº: 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Nº: 123, de 2006.

4.3. Os licitantes são os únicos responsáveis por todas as transações efetuadas em seu nome. Eles devem assumir a integral veracidade de suas propostas e lances, incluindo os atos praticados por eles próprios ou por seus representantes. Ressalta-se que o provedor do sistema ou o órgão/entidade promotora da licitação não assumem responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, mesmo que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado verificar a precisão de seus dados cadastrais nos sistemas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

mencionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos competentes. Caso identifiquem incorreções ou desatualizações, devem realizar imediatamente a correção ou atualização dos registros, uma vez que a não observância desse requisito pode ensejar a desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Serão aplicadas disposições favoráveis às microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas (*Conforme mencionado no Artigo 16 da Lei Nº: 14.133 de 2021*), agricultores familiares, produtores rurais pessoas físicas e micro-empresendedores individuais (MEI), nos limites estabelecidos pela Lei Complementar Nº: 123 de 2006 e pelo Decreto Nº: 8.538 de 2015.

4.6. A participação nesta licitação implica na aceitação integral das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. O não cumprimento destas condições resultará no impedimento sumário do licitante neste certame.

4.7. Não serão aceitas alegações de desconhecimento dos itens do Edital ou reclamações quanto ao seu conteúdo por parte dos licitantes após a abertura do certame. As licitantes devem ler atentamente o Edital e seus anexos antes de elaborar suas propostas e garantir que estas estejam em conformidade com as especificações do **TERMO DE REFERÊNCIA**.

4.8. Como requisito para participação no **PREGÃO ELETRÔNICO** o licitante deve declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **TERMO DE REFERÊNCIA**.

4.9. Mesmo sem declaração expressa, a apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições estipuladas no Edital, seus Anexos e no Termo de Referência, sem prejuízo da estrita observância das normas previstas na legislação mencionada no preâmbulo do Edital.

4.10. Declarar falsamente o cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeita a licitante às sanções previstas no Artigo 156 da Lei Federal Nº: 14.133/2021.

4.11. Não poderão disputar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, empresas que estejam enquadradas nas seguintes situações:

Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.11.1. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Nº: 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.11.2. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.11.3. Empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação; Ressalva: É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Nº: 14.133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Cam, Dou de 04/10/2011).

4.11.4. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.11.5. Empresas temporariamente suspensa do direito de licitar e impedida de contratar com este Município.

4.11.6. Empresas enquadradas nas vedações do Artigo 14 da Lei Nº: 14.133/21.

4.11.7. Qualquer empresa que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que participe da licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.

4.11.8. Agentes públicos do órgão ou entidade contratante não podem, direta ou indiretamente, participar da licitação ou da execução do contrato, com respeito a situações que configurem conflito de interesses, conforme o § 1º do Artigo 9º da Lei Nº: 14.133, de 2021.

4.11.9. Pessoa física ou jurídica que seja autora do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, quando a licitação se relacionar a serviços ou fornecimento de bens vinculados a esses projetos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

4.11.10. A proibição acima se aplica também a empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. No entanto, as restrições mencionadas não impedem a realização de licitações ou contratos que exijam que o contratado elabore o projeto básico e o projeto executivo, em casos de contratações integradas, e o projeto executivo em outros regimes de execução. Não é permitida a participação de pessoas físicas ou jurídicas que integrem listas de sancionados por agências oficiais de cooperação estrangeira ou organismos financeiros internacionais com recursos de financiamento ou contrapartida nacional, ou que tenham sido declaradas inidôneas de acordo com a Lei Nº: 14.133/2021 em licitações e contratações relacionadas a projetos e programas parcialmente financiados por essas entidades. A proibição também se estende a terceiros que auxiliem na condução da contratação como membros da equipe de apoio, profissionais especializados ou funcionários de empresas que prestam assessoria técnica.

4.11.11. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

4.12 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.12.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º da Lei Complementar Nº: 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49;

4.12.2 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.12.3 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Nº: 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes enviarão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), a proposta contendo a "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO,**" que inclui a **QUANTIDADE, PREÇO** e, quando solicitado pelo sistema, a **MARCA**. É vedada a identificação do titular da proposta. A submissão da documentação deve ser feita até o horário limite de início da Sessão Pública, unicamente por meio do Sistema Eletrônico. Após esse prazo, a etapa de envio será encerrada automaticamente.

5.2. Caso haja identificação do titular da proposta registrada, esta será **DECLASSIFICADA** pelo pregoeiro.

5.3. O licitante é o único responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, devendo confirmar a integral veracidade de sua proposta de preços e lances inseridos durante a sessão pública.

5.4. O licitante deve obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

5.5. A proposta de preços registrada/inserida no sistema deve incluir todos os elementos que a compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros custos diretos ou indiretos relacionados à execução do objeto desta licitação.

5.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deve declarar, em campo próprio do sistema, que:

5.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo como aprendizes, conforme o Artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.6.3. Não tem funcionários realizando trabalhos degradantes ou forçados, em conformidade com os Incisos III e IV do Artigo 1º e o Inciso III do Artigo 5º da Constituição Federal.

5.6.4. Cumpre os requisitos de reserva de vagas para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em leis e normas específicas.

5.6.5. Os licitantes organizados como cooperativas deve declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 16 da Lei Nº: 14.133 de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

5.6.6. Os fornecedores enquadrados como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa devem declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atendem aos requisitos do Artigo 3º da Lei Complementar Nº: 123 de 2006 e estão aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Artigos 42 a 49 dessa lei, de acordo com o disposto nos §§ 1º ao 3º do Artigo 4º da Lei Nº: 14.133 de 2021.

5.6.7. No caso de itens exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a não assinalação do campo "não" impedirá a continuidade do licitante no certame.

5.6.8. Nos itens em que a participação não é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a não assinalação do campo "não" apenas resultará na exclusão do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Nº: 123 de 2006, mesmo que a licitante seja uma microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6.9. A falsidade de declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Nº: 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC Nº: 123, de 2006.

5.6.11. Os licitantes podem retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação previamente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.6.12. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6.13. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.6.14. O Licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca; (SE FOR O CASO);

6.1.3. Modelo; (SE FOR O CASO).

6.2. Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos, marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra "marca própria").

6.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.9. As propostas digitadas no sistema **NÃO DEVEM CONTER IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE** (sob pena de desclassificação), visando atender ao princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das mesmas. Todavia, as propostas anexadas (físicas) junto aos documentos de habilitação devem conter todos os dados da licitante.

6.10. A proposta deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

dos serviços e aplicação de eventual sanção à adjudicatária, se for o caso;

6.11. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, sendo desconsiderada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E ENVIO DAS PROPOSTAS ADEQUADAS

7.1. No horário estabelecido neste Edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas **NO ITEM 6.1 DO EDITAL**.

7.2. O pregoeiro pode suspender a sessão para visualizar e analisar preliminarmente a proposta ofertada, que está inserida no campo "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**" do sistema. Ele confrontará as características com as exigências do Edital e seus anexos e poderá desclassificar, de forma justificada, aquelas que não estejam em conformidade, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, também será desclassificada a proposta que identifique o licitante

7.3. Os licitantes podem retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.8. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ - 50,00 (cinquenta) reais**.

7.12. O modo de disputa "**ABERTO**" é adotado para o envio de lances no pregão eletrônico. Os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos e é prorrogada automaticamente pelo sistema sempre que houver lance um lance oferecido nos últimos dois minutos do período de duração.

7.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico pode permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

participantes do certame, publicada no <https://licitanet.com.br/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº: 123, de 2006.

7.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (sem lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Se houver um empate entre propostas ou lances, o critério de desempate seguirá a ordem do Art. 60 da Lei Nº: 14.133 de 2021, nesta ordem:

7.23.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.6. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.7. Empresas brasileiras;

7.23.8. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.9. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Nº: 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Após a negociação do preço, o pregoeiro inicia a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.28. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital. A proposta deverá:

7.29. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

7.30. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.31. O licitante poderá assinar a proposta final que é disponibilizada no sistema (ASSINAR P. FINAL).

7.32. Quando da atualização da proposta de preço, o licitante deverá atualizar observando os valores unitários e globais os quais deverão ser menores ou iguais aos valores máximos/referência expressos no termo de referência, sob pena de desclassificação.

7.33. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.34. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.35. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS JUNTO À PROPOSTA

8.1. O pregoeiro poderá solicitar apresentação de prospecto, ficha técnica ou outros documentos/informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do(s) objeto(s), que deve(m) atender ao preconizado na descrição do(s) item(ns).

9 - DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação e verificação possível empate, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os termos deste edital.

9.1.1. O CRITERIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MENOR PREÇO POR LOTE.

9.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos

9.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

9.4.1. Contiver vícios insanáveis;

9.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.4.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.4.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove.

9.4.8. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.4.9. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.4.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre-preço considerará o seguinte:

9.4.11. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

9.5. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.6. Qualquer interessado pode solicitar a realização de diligências para avaliar a exequibilidade e a legalidade das propostas, desde que apresentem provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

9.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.10. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.13. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.14. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.15. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.21. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

10.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

10.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do Artigo 12 da Lei Nº: 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.4 Caso não seja possível a consulta nos cadastros acima, a consulta poderá ser substituída pela certidão Consolidada Jurídica (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa de Inidoneos e inabilitados dos sócios majoritários (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:6596180056520::NO:3,4,6>):

10.1.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.7 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Nº: 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10.6. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação da pregoeira.

10.7. OS LICITANTES CLASSIFICADOS EM 1º LUGAR DEVERÃO ENCAMINHAR, NOS TERMOS DESTE EDITAL, A DOCUMENTAÇÃO RELACIONADA NOS ITENS A SEGUIR, PARA FINS DE HABILITAÇÃO:

10.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.8.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

10.8.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

10.8.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

de seus administradores.

10.8.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

10.8.5. Para as sociedades empresárias: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.9.1 Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.9.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

10.9.3 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme Portaria MF Nº: 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF Nº: 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 43 da Lei Complementar Nº: 123, de 14 de dezembro de 2006

10.9.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 43 da Lei Complementar Nº: 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.9.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

10.9.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº: 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

10.10.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou através da internet.

10.1.8 Apresentação de Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.1.8.1 No caso de pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos, limitar-se-ão ao último exercício social (Inc. I c/c § 6º, Art. 69 - Lei Nº: 14.133/2021).

10.1.8.2 As empresas criadas no exercício financeiro vigente deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor (§ 1º, Art. 65, Lei Nº: 4.133/2021).

10.1.9 A Comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

10.1.9.1 Sociedades regidas pela Lei Nº: 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.

10.1.9.2 Sociedades empresárias e não empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;

10.1.9.3 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.1.9.4 Se houver necessidade de atualização do balanço patrimonial, deverá ser apresentado também o memorial de cálculo correspondente, assinados pelo licitante e pelo contador (constando número registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC).

10.1.10 O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último exercício financeiro ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

a) ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b) ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c) ÍNDICE DE SOLVENCIA GERAL

$$ISG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

10.1.11 Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (§ 4º, Art. 69 - Lei Nº: 14.133/2021), a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

10.1.12 Para as empresas obrigadas a adotar a Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos da Instrução Normativa RFB Nº: 1.774, de 22 de dezembro de 2017 e alterações, a exigência acima somente será aceita através da comprovação emitida pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) da Receita Federal.

10.11 DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.11.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

10.12 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

10.12.1 O licitante deverá declarar:

10.12.2 Que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

Lei (Art. 63, I, da Lei Nº: 14.133/2021). – **ANEXO III**

10.12.3 Que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei Nº: 9.854/99, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital; **ANEXO IV**

10.12.4 O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar Nº: 123/06, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital. **ANEXO V**

10.12.5 A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista no Item 10.20, deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante

10.12.6 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

10.12.7 Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do Art. 35 da Lei Nº: 10.522/02.

10.13 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

10.13.1 Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

10.13.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

10.13.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.13.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado do Município pela Pregoeiro ou Equipe de apoio.

10.14 Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

10.15 A existência de restrição relativamente à **regularidade fiscal e trabalhista** não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.16 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.17 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.17.1 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.20 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 40 e 45 da LC Nº: 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.21 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.22 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão.

11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A **PROPOSTA FINAL** do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

11.2. A proposta final, considerando que o critério de julgamento é por ITEM deverá ser obrigatoriamente readequada, e anexada ao sistema conforme constante campo específico no sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

11.3. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais pelo licitante ou seu representante legal.

11.4. A proposta final deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.7. O NÃO CUMPRIMENTO DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL POR MEIO DO SISTEMA ELETRONICO, acarretará a desclassificação da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas, passando-se assim, para a próxima licitante classificada.

11.8. Após a conferência dos documentos enviados, se estiverem de acordo com o solicitado será declarada a empresa vencedora e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso.

12 - DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165 da Lei Nº: 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do Art. 17 da Lei Nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

12.3.2. A apreciação se dará em fase única.;

12.3.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 10 (DEZ) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

12.3.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.3.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

12.3.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.3.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

12.3.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

12.3.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da LC Nº: 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

14. - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Em conformidade com o Decreto Municipal Nº: 04/2024 que Regulamenta a Lei Federal Nº: 14.133/21, o objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura o Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1 A Nota substitui o contrato, aplicando-se a relação de negócios as disposições da Lei Nº: 14.133/2021 aplicadas à relação de negócios estabelecida;

16.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos Artigos 137, 138 e 139 da Lei Nº: 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos Artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência do contrato, a partir da assinatura do contrato até 31 de Dezembro de 2025, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Art. 84 da Lei 14.133/2021.

16.4.2. Havendo formalização de contrato, o prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do Art. 107, da Lei Nº: 14.133/2021.

16.4.3. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa Nº: 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do Art. 6º, III, da Lei Nº: 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. - DO REAJUSTAMENTO, DO REEQUILÍBRIO E DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis, salvo ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, hipótese que regularmente demonstrado, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea “d”, da Lei Federal Nº: 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

17.2. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a alteração dos preços contratados poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou, mediante solicitação da empresa contratada, conforme o caso.

17.2.1. A comprovação do desequilíbrio econômico financeiro deverá ser feita acompanhada de documentação que comprovem a solicitação, tais como: lista de preços do fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, serviços e outros insumos, de transporte de mercadorias, incluindo pedágio e fretes, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido, bem como planilha de custo.

17.3 DO CONTRATO:

17.3.1 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

17.3.2 O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

17.3.3 A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

17.3.4 Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

17.3.5 Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

17.3.6 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei Nº: 14.133, de 2021.

17.3.7 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3.8 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei Nº: 14.133, de 2021.

17.4.- DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.4.1. O Contrato ou outro instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.4.2. A execução do Contrato ou outro instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

(um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no Art. 117 da Lei Nº: 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

17.4.3. O fiscal do contrato ou outro instrumento equivalente anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.4.4. O fiscal do contrato ou outro instrumento equivalente informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

17.4.5. O fiscal do contrato ou outro instrumento equivalente será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.5. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

17.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

17.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

17.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.8.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do Art. 121 da Lei Nº: 14.133/2021.

17.8.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

17.8.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

17.8.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o Inciso III do § 3º deste Artigo são absolutamente impenhoráveis.

17.8.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no Art. 31 da Lei Nº: 8.212, de 24 de julho de 1991.

17.8.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

18. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

18.4.2. São obrigações da contratante:

18.4.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

18.4.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.4.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.4.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

18.4.7. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

18.4.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

19.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório e deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

19.1.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

19.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.

19.2.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº: 8.078, de 1990)

19.2.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

19.2.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

19.2.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

19.2.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

19.2.1.6. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

19.2.1.7. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnicas vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

20. - DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.1.2. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir de sua representação, desde que devidamente regularizado.

20.2. Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

nos termos do Art. 90, §21 da Lei Nº: 14.133/2021

20.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

20.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.5. A licitante vencedora ficará responsável em comunicar a Tesouraria da Contratante o número da Conta Corrente bancária e o banco para se efetuar o pagamento referente ao fornecimento.

21. - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante, ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I- Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

III- Dar causa à inexecução total do contrato ou da ata de registro de preço;

IV- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI- Não celebrar o contrato ou ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou da ata de registro de preço;

X- Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº: 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XI- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XII- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

21.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I- Advertência;

II- Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.2.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

I- A natureza e a gravidade da infração cometida;

II- As peculiaridades do caso concreto;

III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.2.2 A sanção prevista no Inciso I do Item 21.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do Art. 155 da Lei Nº: 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.2.3 A sanção prevista no Inciso II do Item 21.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei Nº: 14.133/2021.

21.2.4 A sanção prevista no Inciso III do Item 21.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 155 da Lei Nº: 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Abaré, pelo prazo de 3 (três)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

anos.

21.2.5 A sanção prevista no Inciso IV do Item 21.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei Nº: 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos Incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Item 21.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.2.6 A sanção estabelecida no Inciso IV do Item 21.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I- Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

21.2.7 As sanções previstas nos Incisos I, III e IV do Item 21.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no Inciso II do mesmo item.

21.2.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.2.9 A aplicação das sanções previstas no Item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.2.10 Na aplicação da sanção prevista no Inciso II do item 21.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.2.11 A aplicação das sanções previstas nos Incisos III e IV do Item 21.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22. - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ** ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** na plataforma de compras eletrônicas **LICITANET** no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio na plataforma de compras eletrônicas **LICITANET** no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.licitanet.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

para responder pela proponente.

22.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

23.9. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

23.10. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

23.11. O órgão solicitante poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

23.12. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município, bem como os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação;

23.13. A(s) vencedora(es) desta licitação deverá(ão), durante a sua execução, manter as condições de habilitação apresentadas na licitação;

23.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio;

23.15. O Município de Abaré reserva-se o direito de:

23.15.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.15.2. Revogar o processo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

23.15.3. Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando tal alteração não afetar a formulação das mesmas;

23.15.4. Adiar o recebimento das propostas divulgando, mediante aviso público, a nova data.

23.16 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.17 O Município de Abaré poderá cancelar a Nota de Empenho que viera ser emitida, em decorrência desta



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

licitação e rescindir o respectivo contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando assegurado o contraditório e o direito de defesa:

23.17.1 For requerida ou decretada a falência ou liquidação da Contratada, ou quando ela for atingida por execução judicial, ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômica e financeira;

23.17.2 A contratada for declarada inidônea ou punida com proibição de licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública;

23.17.3 Em cumprimento de determinação administrativa ou judicial que declare a nulidade da adjudicação.

23.18 Em caso de concordata, o contrato poderá ser mantido, se a contratada oferecer garantias que sejam consideradas adequadas e suficientes para o satisfatório cumprimento das obrigações por ela assumidas.

23.19 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.20 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br, e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da <https://www.abaré.ba.gov.br/Site/DiarioOficial>.

23.21 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO IV – DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

Abaré, 13 de março de 2025.

JÉSSICA DA SILVA TOLENTINO CERQUEIRA

Séc. Mun. da Adm. e Planejamento

AILTON BARBOSA DE SANTANA

Séc. Mun. da Educação

LUANA KELLY EUFRASIO DA SILVA

Séc. Mun. do Desenvolvimento Social

RAQUEL FERRAZ DA COSTA

Séc. Mun. da Saúde

PEDRO GOMES MARINHEIRO

Séc. Mun. de Infraestrutura Urbanas e Rural



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

EDITAL Nº: 010/2025-PE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO/LICITATÓRIO Nº: 0080/2025

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as exigências técnicas e a metodologia para **Aquisição de Material de Construção para reparos, reforma e manutenção dos departamentos e prédios públicos municipais; Material Elétrico para reparos, reformas e manutenção dos departamentos e Iluminação Pública; Material de Limpeza Pública e Equipamento de Proteção Individual e Material Hidráulico e Elétrico para reparos, reformas e manutenção de Poços Artesianos e Adutoras no município de Abaré, durante o exercício de 2025, com previsão de entrega parcelada até 31 de dezembro de 2025**, conforme especificações e condições constantes no Anexo I no edital do certame.

1.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na definição de bens caracterizados como comuns, tendo em vista que possuem características tecnicamente padronizadas, de aferição simples, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, a ser executado de forma contínua, e com possibilidade de prorrogação do contrato nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

1.3. O prazo de vigência da contratação é da data da assinatura do **contrato até 31/12/2025**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Nº: 04/2024.

1.6. Critério de julgamento: Menor preço

1.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **LOTE**

1.8. Modo de disputa: Aberto.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A licitação será realizada adotando o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nota-se que em regra, as licitações devem ser realizadas por item, a fim de preservar a competitividade e a isonomia no certame, conforme previsto nas legislações licitatórias. Ocorre, porém, que esse procedimento poderá causar prejuízo para o conjunto ou complexo da licitação (questões de ordem técnicas) ou para a economia de escala (questões econômicas) e, desde que justificado, é perfeitamente possível o agrupamento. Contudo, não se pode deixar de considerar o esforço administrativo para aquisição de um item, em uma extensa lista de compras. Neste ponto, deve-se ter em mente que o custo dos produtos não é o seu valor em si, mas também, os valores empreendidos em custos com servidores necessários para realizar a licitação, custos com servidores para gerir e fiscalizar os contratos administrativos, etc.

Nesta senda, quanto maior o número de fornecedores e contratos para se gerir, maior o esforço administrativo empreendido pela máquina pública, comprometendo o princípio da eficiência administrativa.

No processo em epígrafe sugerimos o agrupamento dos itens em virtude da viabilização técnica, haja vista que os itens licitados separados, comprometeria a logística da entrega, e posterior distribuição dos materiais licitados.

Ressalta-se que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e, ademais, o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos. Sobretudo, que já tivemos inúmeros problemas com v



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

O referido objeto de aquisição de medicamentos e insumos, possui um quantitativo de 524 itens que foram formulados observando e respeitando sempre medicamentos da mesma natureza e objetivo, respeitando o princípio da compatibilidade técnica, assim a opção pelo agrupamento dos itens em lote(s) é a mais vantajosa para a Administração, uma vez que proporciona a padronização, economia de escala, sistema único e integrado, diminuição de riscos a aquisição do objeto pretendido, redução dos custos de gestão dos contratos, maior vantagem na compra do item do mesmo fornecedor, tendo em vista o parcelamento dos pedidos, que podem comprometer as logísticas de entrega. O objeto da licitação está disposto em itens/lotes idênticos, diante do vulto da contratação, a fim de ampliar ainda mais a competitividade do certame.

Neste sentido, a licitação **POR LOTE** é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por consolidar a entrega a partir de um único fornecedor vencedor do referido lote, gerando assim, maior eficiência na gestão contratual, bem como no processo de entrega, haja vista que é notório o fato de que ao se utilizar de muitos fornecedores para entrega, aumenta a incidência da possibilidade de atrasos, o que deve ser evitado a qualquer custo, considerando a importância da natureza dos itens licitados. Aliás, cabe lembrar que o agrupamento de itens torna o preço mais atraente e compensatório em termos logísticos ao fornecer vencedor do lote, o que fomenta a disputa e amplia o número de interessados na licitação, o que inclusive, norteia a modalidade como possibilidade a aquisição de menor preço por comparação com a modalidade por itens.

Ademais, neste mercado, os fabricantes tendem a dedicar-se sempre à produção de toda determinada linha/natureza. Agregar recursos de mesma linha/natureza dentro de lotes, conseguiremos maiores vantagens nos preços em relação as compras segmentadas, pois há um montante maior de produtos a serem adquiridos dos mesmos vencedores/fabricantes, por vez, atendendo aos princípios da razoabilidade e ao princípio da economicidade para a Administração Pública.

Importa, ainda, salientar que produtos da mesma natureza há de serem adquiridos simultaneamente, haja vista que comumente se complementam no tratamento, ou em certos casos, são considerados substitutos fármacos uns dos outros quando da rejeição pelo organismo do paciente por algum deles, sendo assim, essa garantia (de que tais fármacos poderão ser adquiridos simultaneamente) respeita o princípio da compatibilidade técnica.

Destacamos ainda que a escolha **POR LOTE** e não **POR ITEM**, levou em consideração a morosidade que a realização por item traz ao andamento do processo, sendo assim um dispêndio (*publicação de resumos*) e morosidade para a administração pública. Pressupondo que sendo 524 itens de contratação podendo ocorrer 524 vencedores, 524 adjudicações, 524 homologações e 524 contratos, por sua vez no mínimo 524 empenhos em único processo e com infinitos pagamentos;

Outro fator também importante a ressaltar é a realização do certame eletrônico **POR POR ITEM**, sendo 524 itens, o legislador talvez não visualizou esse fato importante, do momento de disputa de um certame com mais de 50 itens, pontua-se que:

Na disputa on-line por item os licitantes do referido objeto participam de praticamente de todos os itens constantes, o que acarretaria um desenvoltura enorme por parte do operador do sistema, tendo que dar lance de item por item, isso quando abrir um por um, sendo modo de disputa aberto, não nem possível o tempo de disputa, de cada item, uma vez que, a cada 02 minutos prorroga-se o tempo por mais 02 minutos, até que chega-se a proposta mais vantajosa, levando em consideração apenas os 10 (dez) minutos iniciais, mais 02 (dois) minutos de uma única prorrogação, os 524 itens levariam no mínimo 6.288 (seis mil, duzentos e oitenta e oito) minutos de disputa, qual perfaz em média mínima, 104 (cento e quatro) horas de disputa, que transformando em dias úteis com expediente de 08 horas perfazendo um total de no mínimo 13 (treze) dias, somente da disputa, sem contar o tempo para envio e análises de proposta e documentação de habilitação, questionamentos e repostas, prazos de manifestação de recursos, negociação com os arrematantes, ressaltamos que estamos levando em consideração uma única prorrogação de 02 (dois) minutos, caso ocorra, e que deve ocorrer, novas prorrogações o tempo de disputa é imensurável

Existe a possibilidade do pregoeiro abrir a disputa com mais de 10 itens por vez, poderia diminuir o tempo, isso sim, mas ainda prejudicaria o certame no que tange a melhor proposta, pois quem opera o sistema ter que dar lances simultâneos em 10 abas e em itens diferentes e fazer seus cálculos ao mesmo tempo, nos parece um tanto imprudente e pouco provável o êxito do processo licitatório;

Levamos em consideração também, tem o papel do fiscal de contrato que nesse formato traz um



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

desequilíbrio enorme, gerando ausência de fiscal para outros objetos, pois nessa situação não restaria disponibilidade de carga horária, tendo que aumentar o efetivo sem que não há qualificação técnica e especializada desse tipo de fornecimento;

Dessa forma, portanto, adotando a modalidade “**MENOR PREÇO POR LOTE**“, simplesmente se anula a possibilidade de que, num universo de centenas de itens licitados, determinada empresa reste vencedora e responsável apenas pela entrega de único item específico.

Dessa forma, entende-se que está disposta com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala ários fornecedores de um mesmo processo em relação à entrega dos produtos.

Desta forma a licitação será processada e dividida em LOTE, ou seja, uma única empresa administrará o fornecimento do lote, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência. Este Termo de Referência, contata-se que os lotes estão separados, porem os itens que compõem guardam compatibilidade entre si.

O TCU assim já se manifestou:

ACÓRDÃO Nº. 2796/2013 – TCU – Plenário

A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados.

Representação relativa a pregão eletrônico realizado pela (...) para registro de preços, destinado à aquisição de kits escolares, apontara, dentre outras irregularidades, “a adjudicação pelo menor preço por grupo de itens ou por módulo escolar, quando deveria ser por item que compõe cada grupo ...”.

Em suas justificativas, a (...) defendeu que “individualizar a compra de cada item do kit sobrecarrega a administração pública e encarece o produto final, enquanto que, se o objeto é o próprio kit, os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando grandes quantidades e variedades de material escolar”. O relator, acolhendo essa tese, registrou que a “adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos”. Acrescentou que “a Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os itens ou de um para cada fornecedor”.

Em relação ao alcance da Súmula 247 do TCU, destacou, amparado em deliberação do Tribunal, que ela pretendeu “consolidar o entendimento prevacente nesta Casa, no sentido de que é condenável a adjudicação por preço global, por representar, no geral, restrição à competitividade. Não teve a referida Súmula a pretensão de condenar a adjudicação por



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

lotes ...”.

Ponderou, contudo, que restou ausente nos autos a devida motivação para a opção eleita. O Tribunal, ao acolher o juízo de mérito formulado pelo relator, julgou parcialmente procedente a Representação e, confirmando a medida cautelar previamente adotada no processo, determinou que a (...), na condição de órgão participante da mencionada ata de registro de preço, se absteresse “de realizar novas contratações com recursos federais, inclusive recursos do (...), já que há complementação da União”. TC 006.235/2013-1, relator Ministro José Jorge, 16.10.2013.

Frente ao exposto, pois, não há de se falar em limitação na participação do certame, pois, os itens agrupados são atendidos por várias empresas, sendo cada lote, portanto, atendido por um nicho de mercado.

Por outro lado, há demonstração da vantagem em adjudicar os itens por lote, uma vez que gera economia para a Administração Pública e eficiência na execução dos contratos.

Assim, a adoção por itens ou lotes não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo. Isso porque em DETERMINADAS SITUAÇÕES A DIVISÃO DO OBJETO POR ITEM PODE DESNATURÁ-LO OU MESMO MOSTRAR-SE MAIS GRAVOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO, fatos esses que devem ser verificados e justificados pela autoridade competente. O que se verifica no caso em tela.

2.2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Para manutenção regular das edificações e serviços é necessário a aquisição de bens e serviços como pisos, tintas, forros, tubulações, ferramentas e outros.

A abertura do atual processo licitatório tem por finalidade a aquisição de materiais para utilização de forma contínua, por tanto sendo de extrema necessidade para a continuidade dos serviços desta municipalidade, proporcionando assim a continuidades e ampliação na prestação dos serviços públicos essenciais ao município.

Estes itens são imprescindíveis para a manutenção, realização de reparos e até mesmo pequenas obras nos diversos locais que compõem a o município de Abaré.

A pintura, reparos e reformas das fachadas, bem como ambientes internos, são fundamentais para manutenção da padronização de imagem das mesmas. É comum que nas construções ocorra desgaste natural do tempo, do uso contínuo e ainda problemas decorrentes de alterações climáticas.

A aquisição de material elétrico e de construção; material de limpeza e equipamentos de proteção, além dos materiais de carpintaria/marcenaria e ferramentas, de que trata o presente Termo de Referência é de fundamental importância para a realização dos serviços de manutenção e pequenas reformas das ruas, praças, imóveis e outros equipamentos públicos do Município de Abaré.

Os serviços serão executados pelas equipes de servidores efetivos e temporários, através da Administração Direta, que complementam os serviços essenciais de manutenção dos logradouros públicos, além de prestar a manutenção e pequenas reformas dos imóveis próprios municipais, visto que alguns não contam com contratos terceirizados de manutenção.

Portanto, para isto, justifica-se a aquisição dos itens em questão tendo em vista que os profissionais precisam possuir meios para realização dos serviços, além de que é do interesse público, manter os serviços da administração em níveis aceitáveis e seguros para oferecer aos usuários da administração pública municipal, para o exercício de 2025.

A aquisição de EPIs, se faz necessária para garantir a proteção adequada aos riscos de acidentes e adoecimentos do trabalho, que os diversos profissionais que atuam no âmbito da Infraestrutura estão expostos.

Os EPIs são acessórios indispensáveis a serem utilizados em locais onde estão sendo executadas construções civis, trabalhos realizados em instalações públicas, Metalurgia, Fundição, manutenção predial, atividades rurais, entre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

Tendo em vista que o consumo diário dos materiais de limpeza pública descritos são necessários para a manutenção de vias e logradouros públicos.

Tendo em vista ainda que nas obras diretas, os funcionários cumprem horário diário, entre pedreiros, pintores, auxiliares de obras, garis e coletores, há aquisição de EPI para todos esses funcionários.

São necessárias pelo menos 03 (três) botas para cada funcionário, já que os serviços realizados causam rápida deterioração.

As luvas e sacolas são necessária em grande quantidade, considerando que a demanda dos serviços degrada quase que diariamente.

A aquisição de Material Hidráulico e Elétrico para atender as necessidades de reparos, reformas e manutenção de Poços Artesianos e Adutoras no município de Abaré encontra-se respaldado no fato de que há necessidade de reparo, manutenção e reforma de sistemas de abastecimento de água na zona rural deste município. Com a finalidade de atender as necessidades dos munícipes, faz-se necessário a aquisição destes materiais.

Com isso a administração poderá realizar manutenção, consertos, e implementações de sistema de abastecimento de água neste município e se adequar a uma realidade. Prestando serviço de abastecimento de água com a maior eficiência, ampliando o acesso da população a uma melhor rede de abastecimento, tendo em vista que os materiais são indispensáveis para o correto funcionamento das adutoras e poços artesianos.

As contratações alinha-se com o consumo médio mensal dos últimos meses, considerando também a Política de Estoque que evite o desabastecimento.

Os quantitativos da contratação dos materiais descritos neste Termo de Referência foram definidos com base no atendimento das demandas previstas pela administração, e de acordo com o quantitativo já praticado no contrato anterior, além da projeção de utilização para o exercício financeiro atual da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural

2.3. A presente solicitação justifica-se pela necessidade de contínua reposição do estoque, especificamente no que diz respeito ao atendimento da demanda oriunda da utilização das secretarias deste município.

2.4. O valor de referência dos bens está em conformidade com a Instrução Normativa Nº: 65 de 07 de Julho de 2021, levando em conta a Média Aritmética dos preços obtidos junto ao Sistema oficial "BANCO DE PREÇOS".

2.5. Escolha da Modalidade de Licitação:

2.5.1 A adoção da modalidade Pregão na Forma Eletrônica é a forma mais adequada a para a realização dos processos licitatórios, mediante disposto nos Decretos Federais e Municipais.

2.6. Critério de Julgamento da licitação:

2.6.1. A licitação será realizada adotando o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nota-se que em regra, as licitações devem ser realizadas por item, a fim de preservar a competitividade e a isonomia no certame, conforme previsto nas legislações licitatórias. Ocorre, porém, que esse procedimento poderá causar prejuízo para o conjunto ou complexo da licitação (questões de ordem técnicas) ou para a economia de escala (questões econômicas) e, desde que justificado, é perfeitamente possível o agrupamento. Contudo, não se pode deixar de considerar o esforço administrativo para aquisição de um item, em uma extensa lista de compras. Neste ponto, deve-se ter em mente que o custo dos produtos não é o seu valor em si, mas também, os valores empreendidos em custos com servidores necessários para realizar a licitação, custos com servidores para gerir e fiscalizar os contratos administrativos, etc.

Nesta senda, quanto maior o número de fornecedores e contratos para se gerir, maior o esforço administrativo empreendido pela máquina pública, comprometendo o princípio da eficiência administrativa.

No processo em epígrafe sugerimos o agrupamento dos itens em virtude da viabilização técnica, haja vista que os itens licitados separados, comprometeria a logística da entrega, e posterior distribuição dos materiais.

Ressalta-se que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação e, ademais, o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos. Sobretudo, que já tivemos inúmeros problemas com



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

vários fornecedores de um mesmo processo em relação à entrega dos produtos.

Desta forma a licitação será processada e dividida em LOTE, ou seja, uma única empresa administrará o fornecimento do lote, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

Este Termo de Referência, contata-se que os lotes estão separados, porem os itens que compõem guardam compatibilidade entre si.

3. DESCRIÇÃO

3.1. Estimativa de quantidade com especificações da aquisição dos materiais com abrangência geral dentro de cada lote para o período de 09(nove) meses:

LOTE 01: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL E REFORMAS

<u>ITE M</u>	<u>QUANT</u>	<u>UNID.</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>V. UNIT</u>	<u>V. TOTAL</u>
1	100	UNID	ADAPTADOR DE ½ SOLDÁVEL CURTO	7,39	739,00
2	30	UNID	ADESIVO INSTANTÂNEO MULTIUSO DE 100G	23,44	703,20
3	15	UNID	ADESIVO PARA COLAGEM A BASE DE RESINA EPÓXI, DOIS COMPONENTES (RESINA+ ENDURECEDOR)	67,92	1.018,80
4	100	UNID	ADESIVO PLÁSTICO 75G	9,15	915,00
5	60	UNID	ADESIVO PLÁSTICO 850G	59,83	3.589,80
6	15	UNID	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE PARA CONCRETOS E ARGAMASSAS 3.600ML	60,59	908,85
7	10	UNID	ALAVANCA	103,19	1.031,90
8	10	UNID	ALICATE UNIVERSAL	25,01	250,10
9	400	M	ALIZARES	30,33	12.132,00
10	20	UNID	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	17,25	345,00
11	05	UNID	ARCO PARA SERRA	30,67	153,35
12	15	UNID	ARAME FARPADO DE 500M	358,69	5.380,35
13	120	KG	ARAME GALVANIZADO	26,17	3.140,40
14	200	KG	ARAME RECOZIDO	21,43	4.286,00
15	200	M3	AREIA	151,30	30.260,00
16	100	PCT	ARGAMASSA EXTERNA PACOTES DE 20KG	33,45	3.345,00
17	100	PCT	ARGAMASSA INTERNA PACOTES DE 20KG	21,63	2.163,00
18	50	UNID	ASSENTO SANITÁRIO COMUM	20,74	1.037,00
19	10	UNID	BALDE PARA CONCRETO	18,50	185,00
20	100	KG	BARBANTE DE NYLON	18,16	1.816,00
21	50	KG	BARBANTE DE SISAL	28,71	1.435,50
22	200	M	BARROTE DE MADEIRA	18,29	3.658,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

23	10	UNID	BASCULANTE 50X50	116,10	1.161,00
24	8.000	UNID	BLOCO DE CERÂMICA 8 FUROS	0,81	6.480,00
25	8	UNID	BOMBA PARA ENCHER PNEU DE CARRINHO	48,67	389,36
26	20	UNID	BOTA DE BORRACHA, CANO LONGO Nº 40	42,79	855,80
27	30	UNID	BOTA DE BORRACHA, CANO LONGO Nº 42	40,76	1.222,80
28	500	UNID	BUCHA Nº 8 COM PARAFUSOS	1,02	510,00
29	60	UNID	BUCHA COM PARAFUSO PARA VASO SANTÁRIO	11,12	667,20
30	200	UNID	BUCHA Nº 10 COM PARAFUSO SEXTAVADO	1,32	264,00
31	200	UNID	BUCHA Nº 6 COM PARAFUSOS	0,27	54,00
32	150	UNID	BUCHA Nº 7 COM PARAFUSOS	0,46	69,00
33	120	M3	BRITA	188,26	22.591,20
34	06	UNID	BROCA PARA FURADEIRA Nº 10	15,14	90,84
35	12	UNID	BROCA PARA FURADEIRA Nº 08	12,49	149,88
36	06	UNID	BROCA PARA FURADEIRA Nº 07	11,57	69,42
37	08	UNID	BROCA PARA FURADEIRA Nº 06	14,16	113,28
38	50	UNID	CABO DE MADEIRA PARA ENXADA	30,92	1.546,00
39	50	UNID	CABO DE MADEIRA PARA PICARETA	23,82	1.191,00
40	70	UNID	CADEADO Nº 40	28,91	2.023,70
41	20	UNID	CADEADO Nº 50	34,83	696,60
42	20	UNID	CADEADO Nº 35	25,64	512,80
43	600	M	CAIBRO DE MADEIRA	44,96	26.976,00
44	12	UNID	CAIXA D'ÁGUA DE 1000 LT	592,89	7.114,68
45	05	UNID	CAIXA D'ÁGUA DE 500 LT	373,15	1.865,75
46	40	UNID	CAIXA DE DESCARGA PLÁSTICA COMPLETA COM DUPLA ENTRADA PARA ENGATE DE ÁGUA (NAS LATERAIS DO PRODUTO), COM VEDANTE EM SILICONE, AMPA DE INSPEÇÃO AMPLA, PEÇA ÚNICA (SEM ENCAIXES E CONEXÕES).	45,92	1.836,80
47	400	PCT	CAL PARA PINTURA, PCT. DE 5KG	22,27	8.908,00
48	50	UNID	CÂMARA DE AR PARA PNEU DE CARRINHO	38,39	1.919,50
49	50	M	CANTONEIRA 1 X ½ (6MTS)	42,03	2.101,50
50	40	UNID	CAP PVC ESGOTO 100MM	8,67	346,80
51	30	UNID	CAP PVC ESGOTO 50MM	6,53	195,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

52	30	UNID	CAP PVC SOLDÁVEL 50MM	5,12	153,60
53	25	UNID	CAP PVC SOLDÁVEL 75MM	22,33	558,25
54	35	UNID	CAP PVC SOLDÁVEL DE 100MM	10,07	352,45
55	300	UNID	CAP PVC SOLDÁVEL DE 20 MM	1,21	363,00
56	100	UNID	CAP PVC LISO 25MM	1,44	144,00
57	50	UNID	CAP ROSCA (PLUG) 20MM	1,53	76,50
58	20	UNID	CARRINHO DE MÃO, CAÇAMBA QUADRADA DE 65LT, REFORÇADO COM CHAPA GROSSA	266,74	5.334,80
59	40	UNID	CARTELA DE DOBRADIÇA 3,5 C/3 COM PARAFUSO	23,44	937,60
60	500	M2	CERÂMICA 50 X 50 PEI-4	32,47	16.235,00
61	500	M2	CERÂMICA REVESTIMENTO	37,71	18.855,00
62	60	UNID	CHIBANCA COM CABO	96,95	5.817,00
63	5	UNID	CHUVEIRO ELÉTRICO	63,67	318,35
64	25	UNID	CHUVEIRO PLÁSTICO	14,72	368,00
65	1500	SACO	CIMENTO DE 50KG	45,27	67.905,00
66	10	UNID	COLA BRANCA PARA MADEIRA 1LT	28,74	287,40
67	30	UNID	COLA PARA REMENDO DE PNEU DE CARRINHO DE MÃO	13,13	393,90
68	20	LT	COLA PARA REMENDO DE PNEU DE VEÍCULOS	25,67	513,40
69	10	UNID	COLHER DE PEDREIRO 9 POL.	26,05	260,50
70	100	KG	CORDA DE NYLON	9,75	975,00
71	05	UNID	CORRENTE PARA MOTO SERRA 32D	105,22	526,10
72	100	UNID	DISCO DE MAKITA PARA MARMORE	40,12	4.012,00
73	04	UNID	ELETRODUTO CORRUGADO AMARELO 3/4 COM 50M	48,33	193,32
74	50	UNID	ENGATE FLEXÍVEL 30 CM	11,46	573,00
75	50	UNID	ENGATE FLEXÍVEL 50 CM	13,52	676,00
76	50	UNID	ENXADA COM CABO	58,47	2.923,50
77	2	UNID	ESCADA EXTENSIVA DE FIBRA DE VIDRO	1.107,14	2.214,28
78	3	UNID	ESCADA METÁLICA DOBRÁVEL 4 DEGRAUS 6MT	640,13	1.920,39
79	80	GALÃO	ESMALTE SINTÉTICO 3,6ML	112,83	9.026,40
80	20	CX	ESTRIBO 07X17	132,40	2.648,00
81	05	CX	ESTRIBO 07X27	200,52	1.002,60
82	10	CX	ESTRIBO 17X17	208,21	2.082,10
83	05	UNID	ESTROVINGA	33,15	165,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

84	40	UNID	ESTOPA DE PANO PARA POLIMENTO	7,48	299,20
85	10	UNID	FACÃO LONGO	47,36	473,60
86	4	UNID	FACÃO PARA MOTOSERRA (32 DENTES)	114,29	457,16
87	1.000	UNID	FECHA DE SISAL	16,25	16.250,00
88	100	UNID	FECHADURA DE EMBUTIR EXTERNA	71,00	7.100,00
89	10	UNID	FECHADURA DE EMBUTIR INTERNA	48,27	482,70
90	12	UNID	FECHADURA DE SOBREPOR	50,49	605,88
91	08	UNID	FECHADURA PARA PORTA/JANELA DE VIDRO	57,21	457,68
92	30	UNID	FERROLHO CHATO 10 CM	16,01	480,30
93	30	UNID	FERROLHO CHATO 15 CM	22,60	828,00
94	100	UNID	FITA CREPE 24MMX50M	7,30	730,00
95	100	UNID	FITA CREPE LARGA 50MMX50M	15,62	1.562,00
96	10	UNID	FLANGE DE PVC 50 MM	14,90	149,00
97	10	UNID	FOICE COM CABO	59,15	591,50
98	150	M2	FORRO DE PVC	32,30	4.845,00
99	02	UNID	FURADEIRA INDUSTRIAL COMPLETA COM BICOS	676,52	1.353,04
100	12	KG	GRAMPO DE CERCA	26,10	313,20
101	150	UNID	JOELHO PVC ESGOTO 100MM	8,99	1.348,50
102	30	UNID	JOELHO PVC ESGOTO 50 MM	4,80	144,00
103	500	UNID	JOELHO PVC SOLDÁVEL LL 20MM	1,11	555,00
104	100	UNID	JOELHO PVC SOLDÁVEL LL 25MM	0,86	86,00
105	60	UNID	JOELHO PVC SOLDÁVEL LR 20MM	6,90	414,00
106	20	UNID	JOELHO PVC ESGOTO 40MM	3,42	68,40
107	2	KIT	KIT DE FERRAMENTAS PARA PARAFUSADEIRA	130,67	261,34
108	20	KIT	KIT DE LIXEIRAS "COLETA SELETIVA" COM 4 UNIDADES, 30LT, COM TAMPA	890,98	17.819,60
109	20	UNID	KIT CAIXA ACOPLADA	81,97	1.639,40
110	20	UNID	KIT CONEXÃO PVC PARA CUBA DUPLA/TRIPLA	25,85	517,00
111	5	UNID	LATÃO TINTA RESINADA ASFÁLTICA 18L AMARELA	384,46	1.922,30
112	5	UNID	LATÃO TINTA RESINADA ASFÁLTICA 18L BRANCO	325,96	1.764,80
113	5	UNID	LATÃO TINTA RESINADA ASFÁLTICA 18L PRETO	264,60	1.323,00
114	5	UNID	LATÃO TINTA RESINADA	270,65	1.353,25



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

			ASFÁLTICA 18L VERMELHO		
115	05	UNID	LAVATÓRIO COM COLUNA	125,67	628,35
116	10	UNID	LIMA PARA AMOLAR TESOURA DE PODAR	49,61	496,10
117	5	UNID	LIMA PARA AMOLAR CORRENTE DE MOTOSSERA	33,10	165,50
118	100	M	LINHA DE MADEIRA 0.15 CM LARGURA	36,20	3.620,00
119	10	UNID	LINHA DE NYLON COM 100M	17,57	175,70
120	50	UNID	LIXA D'ÁGUA Nº 280	2,54	127,00
121	120	UNID	LIXA D'ÁGUA Nº 220	2,65	318,00
122	100	UNID	LIXA FERRO Nº 120	2,31	231,00
123	20	UNID	LIXA FERRO Nº 180	2,65	53,00
124	300	UNID	LIXA MASSA Nº 80	1,42	426,00
125	50	UNID	LIXA MASSA Nº120	0,67	33,50
126	120	UNID	LIXA MASSA Nº 150	1,21	145,20
127	200	UNID	LIXA MASSA Nº 180	1,12	224,00
128	500	UNID	LIXA MASSA Nº 220	1,52	760,00
129	2	UNID	LONA DE NYLON 8X6	467,14	934,28
130	100	M	LONA PRETA 6X1	5,51	551,00
131	100	M	LONA PRETA 8X1	5,95	595,00
132	05	UNID	LONA VINILICA PARA TOLDO COBERTURA PIRAMIDAL, BRANCA, 5X5 MTS, ANTICHAMA + UV 500 MICRAS TD1000. PVC LAMINADO, REFORÇADO COM TELA DE POLIÉSTER, ANTI-UV, ANTIFUNGOS E ATÓXICA; 100% IMPERMEÁVEL; VULCANIZADA EM ALTA TEMPERATURA, DUPLA FACE, RESISTENTE CONTRA RASGOS, REFORÇO DUPLO NAS EXTREMIDADES, COM VELCRO DE FIXAÇÃO	516,66	2.583,30
133	50	UNID	LUVA PVC SOLDÁVEL 60MM DE CORRER	39,68	1.984,00
134	100	UNID	LUVA PVC SOLDÁVEL LL 25MM	2,63	263,00
135	100	UNID	LUVA PVC SOLDÁVEL LR 20MM	1,08	108,00
136	50	UNID	LUVA PVC SOLDÁVEL LR 20MM ROSCA DE COBRE	1,90	95,00
137	30	UNID	LUVAS DE CORRER DE 75MM COR MARROM SOLDÁVEL	11,85	355,80
138	15	UNID	LUVAS PVC SOLDÁVEL 100MM DE CORRER	17,22	258,30
139	400	UNID	LUVAS PVC SOLDÁVEL LL 20MM	0,54	216,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

140	50	UNID	LUVAS PVC SOLDÁVEL LL 50MM	3,11	155,50
141	30	UNID	LUVAS SOLDÁVEL 50MM DE CORRER	4,32	129,60
142	1000	PAR	LUVA PIGMENTADA (TECIDO)	3,95	3.950,00
143	60	UNID	LUVAS DE BORRACHA REFORÇADA, COR PRETA, P/ PROTEÇÃO CONTRA AGENTES CORTANTES E PERFURANTES.	17,87	1.072,20
144	3	UNID	MACHADO EM AÇO 3,5 LIBRAS COM CABO	71,69	215,07
145	12	UNID	MADEIRITE 2,20X1,10X10MM	80,38	964,56
146	20	UNID	MADEIRITE 2,20X1,10X4MM	85,45	1.649,00
147	02	UNID	MADEIRITE 2,20X1,10X8MM	80,37	160,74
148	30	UNID	MADEIRITE PLASTIFICADO 2,20X1,10X10MM	175,13	5.253,90
149	08	UNID	MADEIRITE PLASTIFICADO 2,20X1,10X12MM	169,42	1.355,36
150	12	UNID	MADEIRITE PLASTIFICADO 2,20X1,10X15MM	154,83	1.857,96
151	40	UNID	MALHA POP MEDINDO 15X15CM, 4.2, 2X3M	80,11	3.204,40
152	03	UNID	MANGUEIRA DE GÁS PARA BOTIJÃO 2M C/2 ABRAÇADEIRAS	54,62	163,86
153	10	UNID	MANGUEIRA PARA JARDIM 20 M	68,28	682,80
154	15	UNID	MANGUEIRA PARA JARDIM 50 M	107,29	1.609,35
155	200	M	MANTA MULTIUSO DE 20 CM	4,32	864,00
156	2	UNID	MAQUITA TIPO SERRA MÁRMORE, 12.000 RPM, BASE AJUSTÁVEL, COM SISTEMA PARA LAVAR PISO.	473,06	946,12
157	06	UNID	MARRETA DE 3 KG	78,95	473,70
158	2	UNID	MARRETA DE 5 KG	113,15	226,30
159	2	UNID	MARTELETE ROMPEDOR PARA CONCRETO, 850W, 220V, ENERGIA DE IMPACTO: 3,2 J; NÚMERO MÁX. DE IMPACTOS: 0 - 4.000 IPM; Nº DE ROTAÇÕES NOMINAIS: 0 - 9000 RPM; COM MALETA.	915,49	1.830,98
160	01	UNID	MARTELETE DEMOLIDOR ROMPEDOR PROFISSIONAL, 1500W, 10KG 220V	1.142,83	1.142,83
161	10	UNID	MARTELO	44,51	445,10
162	6.000	UNID	MASCARA DESCARTÁVEL AZUL	3,17	19.020,00
163	30	LATÃO	MASSA ACRÍLICA 18LT	189,09	5.672,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

164	40	LATÃO	MASSA CORRIDA 18LT	96,11	3.844,40
165	08	LATA	MASSA PLÁSTICA (LATA 1KG)	21,83	174,64
166	40	UNID	METALOM TB ZN 30X20X0,95X6000	56,39	2.255,60
167	40	UNID	METALOM TB ZN 20X20X0,95X6000	48,78	1.951,20
168	70	UNID	MIOLO QUADRADO PARA FECHADURA SOPRANO REF. 50 COD.030ZCR	28,82	2.017,40
169	2	UNID	MOTOSERRA	768,94	1.537,88
170	70	UNID	NIPEL 20MM	3,12	218,40
171	15	UNID	PÁ QUADRADA COM CABO LONGO	51,60	774,00
172	10	UNID	PÁ QUADRADA COM CABO CURTO	34,28	342,80
173	10	UNID	PÁ DE BICO COM CABO CURTO	79,00	790,00
174	25	UNID	PÁ DE BICO COM CABO LONGO	46,31	1.157,75
175	05	UNID	PENEIRA GROSSA	28,83	144,15
176	05	UNID	PENEIRA FINA	36,68	183,40
177	30	M	PERFIL U, COM 6M	395,77	11.873,10
178	30	UNID	PERFIL LQUS 75X38X2,65X6000	226,98	6.809,40
179	2	UNID	PIA DE INOX 1.60 X 0.55	268,45	536,90
180	2	UNID	PIA DE MARMORE COM CUBA DE INOX 1,20M	322,55	645,10
181	20	UNID	PICARETA COM CABO	137,47	2.749,40
182	20	UNID	PINCEL 1 ½	5,12	102,40
183	30	UNID	PINCEL 2 POL.	5,97	179,10
184	30	UNID	PINCEL BROXA	8,25	247,50
185	1	UNID	PLAINA ELÉTRICA 220W	400,25	400,25
186	10	UNID	PNEUS PARA CARRINHO DE MÃO	44,13	441,30
187	30	UNID	PNEUS PARA CARRINHO DE MÃO SEM CAMARA	34,83	1.044,90
188	6	UNID	PONTEIRO	26,04	156,24
189	6	UNID	PORTA DE FERRO 2,10X0,80CM	457,88	2.747,28
190	08	UNID	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA 2,10X0,70CM	347,65	2.781,20
191	20	UNID	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA 2,10X0,80CM	359,28	7.185,60
192	2	UNID	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA 2,10X0,90CM	406,35	812,70
193	3	UNID	PORTA DE MADEIRA ALMOFADADA 2,10X60CM	353,08	1.059,24
194	08	UNID	PORTA DE MADEIRA LISA 2,10X0,60CM	215,00	1.720,00
195	10	UNID	PORTA DE MADEIRA LISA	201,20	2.012,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

			2,10X0,70CM		
196	30	UNID	PORTA DE MADEIRA LISA 2,10X0,80CM	245,34	7.360,20
197	05	UNID	PORTA DE MADEIRA LISA 2,10X0,90CM	278,24	1.391,20
198	10	UNID	PORTADAS DE MADEIRA 2,10X0,80CM	278,03	2.780,30
199	04	UNID	PORTADAS DE MADEIRA 2,10X0,90CM	188,32	753,28
200	2	UNID	PORTÃO METÁLICO 3,5X2,50CM	601,94	1.203,88
201	60	KG	PREGO PARA CAIBROS	27,12	1.627,20
202	50	KG	PREGO PARA LINHA	21,28	1.064,00
203	50	KG	PREGO PARA RIPAS	22,72	1.136,00
204	3	UNID	PRUMO	32,63	97,89
205	20	UNID	RASTELO DE FERRO REFORÇADO COM CABO	40,45	809,00
206	5	UNID	RASTELO DE ARAME FINO COM CABO	36,10	180,50
207	2	UNID	REBITADEIRA	49,38	98,76
208	30	CX	REBITE 6,2X30	108,83	3.264,90
209	20	UNID	REDUÇÃO PVC ESGOTO 100X50MM	9,77	195,40
210	40	UNID	REDUÇÃO PVC ESGOTO 100X75MM	11,27	450,80
211	15	UNID	REDUÇÃO PVC ESGOTO 75X 50MM	8,63	129,45
212	40	UNID	REDUÇÃO DE 25X20MM	0,86	34,40
213	25	UNID	REGISTRO PVC DE PRESSÃO DE 20MM	10,11	252,75
214	10	UNID	REGISTRO PVC DE PRESSÃO DE 25MM	19,15	191,50
215	10	UNID	REPARO PARA REGISTRO DE PVC 20MM	27,02	270,20
216	6	UNID	RÉGUA PARA PEDREIRO	43,59	261,54
217	20	UNID	REGULADOR DE GÁS	56,78	1.135,60
218	100	KG	REJUNTE CINZA CLARO	9,92	992,00
219	30	UNID	REMENDO PARA PNEU DE CARRINHO DE MÃO	13,27	398,10
220	10	ROLO	REMENDO PARA PNEU DE VEÍCULOS	86,67	866,70
221	600	M	RIPAS DE MADEIRA	5,15	3.090,00
222	140	M	RODA FORRO PVC	8,60	1.204,00
223	20	UNID	ROLO DE ESPUMA 5CM COM SUPORTE	5,73	114,60
224	20	UNID	ROLO DE LÃ ANTI GOTA 25MMX23CM C/GARFO	26,58	531,60
225	70	LATÃO	SELADOR 18 LT	162,22	11.355,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

226	50	UNID	SERRA PARA FERRO	17,12	856,00
227	03	UNID	SERROTE	45,77	137,31
228	30	UNID	SIFÃO SANFONADO DUPLO	17,30	519,00
229	120	UNID	SIFÃO SANFONADO SIMPLES	8,08	969,60
230	10	UNID	SIFÃO SANFONADO TRIPLO	26,71	267,10
231	20	TUBO	SILICONE VERMELHO	21,29	425,80
232	20	TUBO	SILICONE PRETO	30,33	606,60
233	10	TUBO	SILICONE INCOLOR	27,14	277,40
234	20	UNID	SPUD P/ VASO SANITÁRIO	11,80	236,00
235	60	M	TÁBUA 30CM	28,01	1.680,60
236	10	UNID	TALHADEIRA	20,79	207,90
237	5	UNID	TARRACHA 20MM	17,47	87,35
238	3	UNID	TARRACHA 25MM	27,72	83,16
239	100	UNID	TÊ PVC SOLDÁVEL LL 20MM	3,55	355,00
240	50	UNID	TÊ PVC SOLDÁVEL LL 25MM	2,73	136,50
241	30	UNID	TÊ PVC 100MM	10,22	306,60
242	25	UNID	TÊ PVC 100MM TIPO Y	10,49	262,25
243	35	UNID	TÊ PVC ROSCA 20MM	6,41	224,35
244	10.0000	UNID	TELHA DE CERÂMICA	1,18	118.000,00
245	15	UNID	TELHA DE FIBROCIMENTO, ONDULADA 1,10X 2,44	58,37	875,55
246	200	METRO	TELHA DE ZINCO	41,61	8.322,00
247	40	METRO	TELHA AZ 0,43X1000X6000	41,37	1.654,80
248	30	UNID	TESOURÃO DE PODAR PLANTAS	55,13	1.653,90
249	100	UNID	THINNER DE 1 LITRO	25,37	2.537,00
250	15	UNID	THINNER DE 5 LITRO	111,58	1.673,70
251	1000	UNID	TIJOLINHO INTERTRAVADO PARA PISO, CONCRETO	1,13	1.130,00
252	50	LATÃO	TINTA ACRÍLICA FOSCA 18L	181,39	9.069,50
253	50	LATÃO	TINTA LÁTEX MANGABA 18L	149,37	7.468,50
254	20	LATÃO	TINTA LÁTEX PVA 18L	123,33	2.466,60
255	30	GALÃO	TINTA LÁTEX PVA 3,6ML	74,77	2.243,10
256	60	LATÃO	TINTA PARA PISO 18L	158,81	9.528,60
257	10	GALÃO	TINTA PARA PISO 3,6ML	57,76	577,60
258	6	UNID	ROÇADEIRA A GASOLINA	1.246,90	7.481,40
259	12	UNID	TIRADEIRA DE TERRA	68,17	818,04
260	40	UNID	TORNEIRA BÓIA DE ½	12,94	517,60
261	05	UNID	TORNEIRA DE INOX PARA PIA DE COZINHA	62,92	314,60
262	40	UNID	TORNEIRA DE PVC DE ½ PARA	7,52	300,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

			JARDIM		
263	30	UNID	TORNEIRA DE PVC DE ½ PARA LAVATÓRIO	20,71	621,30
264	30	UNID	TORNEIRA DE PVC PARA PAREDE (COZINHA)	26,50	795,00
265	20	UNID	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO DE INOX	43,67	873,40
266	2	UNID	TRENA DE 50 METROS	44,18	88,36
267	05	UNID	TRENA DE 8 METROS	34,70	1.735,00
268	5	UNID	TRICULTI PARA ROÇADEIRA	147,26	736,30
269	50	UNID	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 50MM C/6M	61,30	3.065,00
270	20	UNID	TUBO DE PVC SOLDÁVEL 60MM C/6M	143,76	2.875,20
271	200	UNID	TUBO PVC ESGOTO 100MM C/6M	105,68	21.136,00
272	60	UNID	TUBO PVC ESGOTO 150MM C/ 6M PN60	185,71	11.142,60
273	10	UNID	TUBO PVC ESGOTO 40MM C/6M	30,83	308,30
274	30	UNID	TUBO PVC ESGOTO 50MM C/6M	41,72	1.251,60
275	50	UNID	TUBO PVC ESGOTO 75MM C/6M	105,11	5.255,50
276	30	UNID	TUBO PVC SOLDÁVEL 32MM C/6M	27,90	837,00
277	200	UNID	TUBO PVC SOLDÁVEL 20MM C/6M	16,49	3.298,00
278	50	UNID	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM C/6M	21,28	1.064,00
279	120	UNID	TUBO DE PVC 100MM AZUL	163,83	19.659,60
280	15	UNID	TUBO PVC AZUL 150MM	465,00	6.975,00
281	40	UNID	VÁLVULA DE PLÁSTICO PARA PIA E LAVATÓRIO	9,78	391,20
282	10	UNID	VÁLVULA PARA PIA DE INOX	11,83	118,30
283	10	UNID	VASO SANITÁRIO ACOPLADO	365,30	3.653,00
284	10	UNID	VASO SANITÁRIO COMUM	164,41	1.644,10
285	70	UNID	VEDA ROSCA 10M	16,78	1.174,60
286	100	VARA	VERGALHÃO DE FERRO 3/8	64,94	6.494,00
287	10	VARA	VERGALHÃO DE FERRO 1/2	68,33	683,30
288	20	VARA	VERGALHÃO DE FERRO 1/4	24,47	489,40
289	20	VARA	VERGALHÃO DE FERRO 4.2	13,66	273,20
290	120	VARA	VERGALHÃO DE FERRO 5/16	46,60	5.592,00
291	200	M	ZINCO DE 1M	119,46	23.892,00
292	50	UNID	ANDAIME TUBULAR REFORÇADO 1M X 1.50M FABRICADO CONFORME NR18 / ABNT6494, COM TRAVA DIAGONAL PARA ANDAIME TUBULAR; SAPATA FIXA E REGULÁVEL; RODIZIO;	185,90	9.295,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

			PLATAFORMA ANTIDERRAPANTE (PISO ; PRANCHA); BARRA GUARDA-CORPO; GAIOLA GUARDA-CORPO COM PORTINHOLA E ESCADA MARINHEIRO PARA ANDAIME.		
VALOR TOTAL ESTIMADO				29.109,36	874.641,61

LOTE 02 EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI):

<u>ITEM</u>	<u>QUANT. GERAL</u>	<u>UNID.</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>V. UNIT</u>	<u>V. TOTAL</u>
1	100	UNID	BOTA DE COURO PARA PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE Nº 37/38	86,93	8.693,00
2	100	UNID	BOTA DE COURO PARA PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE Nº 39	87,98	8.798,00
3	100	UNID	BOTA DE COURO PARA PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE Nº 40	87,92	8.792,00
4	100	UNID	BOTA DE COURO PARA PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE Nº 41	82,26	8.390,52
5	120	UNID	BOTA DE COURO PARA PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE Nº 42	90,51	11.132,73
6	20	UNID	BOTA DE COURO PARA PROTEÇÃO DOS PÉS CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE Nº 43	82,20	1.890,60
7	300	PAR	LUVA DE COURO VAQUETA PETROLEIRA COURO SEGURANÇA PEDREIRO P/ PROTEÇÃO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE, COR MARRON	12,97	3.891,00
8	100	PAR	LUVA VAQUETA MISTA COURO RASPA CANO CURTO	12,81	1.281,00
9	150	UNID	MANGA PARA PROTEÇÃO DE BRAÇO E ANTEBRAÇO	26,33	4.476,10
10	100	UNID	ÓCULOS DE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS DE PARTÍCULAS VOLANTES	12,82	1.282,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				582,73	58.626,95



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

LOTE 03: MATERIAL PARA LIMPEZA PÚBLICA

<u>ITEM</u>	<u>QUANT.</u>	<u>UNID.</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>V. UNIT</u>	<u>V. TOTAL</u>
1	100	UNID	PÁ PLÁSTICA PARA LIXO, COM CABO.	18,93	1.893,00
2	2.000	KG	SACOLA PLÁSTICA 100L	22,10	44.200,00
3	50	KG	SACOLA PLÁSTICA 200L	15,78	789,00
4	200	UNID	VASSOURA PEQUENA, DE NYLON, BASE QUADRADA EM PLASTICO CONSISTENTE, COM CABO DE MADEIRA OU METAL.	16,30	3.260,00
5	200	UNID	VASSOURÃO GRANDE	43,48	8.696,00
6	50	UNID	VASSOURÃO MÉDIO	39,11	1.955,50
7	100	UNID	VASSOURA ESFREGÃO NYLON 30 CM, COM CABO DE MADEIRA, BASE PLÁSTICA, ALTURA: 130 CM, LARGURA 4 CM, COMPRIMENTO 30 CM, PESO 500G-	18,82	1.882,00
8	80	UNID	CONTÊINER COLETOR DE LIXO COM RODAS 120 LITROS	806,35	64.508,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				980,87	127.183,50

LOTE 04: MATERIAL ELETRICO.

<u>ITEM</u>	<u>QUANT.</u>	<u>UNID.</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>V. UNIT</u>	<u>V. TOTAL</u>
1	40	PCT	ABRAÇADEIRA TIPO “ENFORCAGATO” MEDIA.	12,64	505,60
2	10	PCT	ABRAÇADEIRA TIPO “ENFORCAGATO” GRANDE.	23,93	239,30
3	120	UNID	ADAPTADOR DE ROSCA E-40/E-27	12,54	1.504,80
4	30	UNID	ALÇA PREFORMADA PARA CABO 10 MM	7,01	210,30
5	30	UNID	ALÇA PREFORMADA PARA CABO 16 MM	3,84	115,20
6	3	UNID	ALICATE DE BICO	24,99	74,97
7	3	UNID	ALICATE DE CORTE	40,93	122,79
8	4	UNID	ALICATE DE CORTE DIAGONAL	35,00	140,00
9	5	UNID	ALICATE UNIVERSAL 8 ISOLADO 1000 VOLTS	29,83	149,15
10	6	UNID	AMPERÍMETRO MULTÍMETRO DIGITAL ALICATE – ET - 3200	151,29	907,74
11	300	UNID	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRICO	28,11	8.433,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

12	400	UNID	BOCAL COM RABIXO	2,42	968,00
13	8	PAR	BOTA S/ BIQUEIRA DE AÇO, COM SOLADO BIDENSIDADE, ISOLAÇÃO 1000VOLTS	57,20	457,60
14	3	UNID	BOTÃO COGUMELO C/ TRAVA LK2-ES542	30,25	90,75
15	3	UNID	BOTÃO COM DUP LED 1NA+1NF LK-APB	23,11	69,33
16	8	PAR	BOTINA DE COURO BIQUEIRA PVC	78,93	631,44
17	200	UNID	BRAÇO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA 1M	74,91	14.982,00
18	25	ROLO	CABO FLEXÍVEL TIPO PP2X1,5MM ROLO C/100 METROS	283,31	7.082,75
19	5	ROLO	CABO PP 4X4MM C/100M	1473,27	7.366,35
20	5	ROLO	CABO PP 3X4MM C/100M	1463,08	7.315,40
21	5	ROLO	CABO QUADRIplex 4X16MM C/100M	765,82	3.829,10
22	20	ROLO	CABO SINGELO FLEXÍVEL 1X1,5MM C/100M	153,00	3.060,00
23	20	ROLO	CABO SINGELO FLEXÍVEL 1X2,5MM C/100M	177,02	3.540,40
24	20	ROLO	CABO SINGELO FLEXÍVEL 1X4MM C/100M	200,71	4.014,20
25	10	UNID	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DE 6 A 8 DISJUNTORES	42,28	422,80
26	120	UNID	CAIXA DE EMBUTIR, DE 4X2	1,94	232,80
27	15	UNID	CAIXA PADRÃO COELBA MONOFÁSICA	41,35	620,25
28	15	UNID	CAIXA PADRÃO COELBA TRIFÁSICA	155,99	2.339,85
29	3	UNID	CAIXA PLÁSTICA 85X85X65	13,72	41,16
30	20	CX	CANAleta DUPLA FACE 20X10X2000MM CX C/50 UNID	10,50	210,00
31	40	UNID	CAPACITOR BUF-250VOLTS PARA VENTILADOR	21,55	862,00
32	20	UNID	CAPACITOR DOIS FIOS 04 UF 250 VAC.	16,81	336,20
33	20	UNID	CAPACITOR DOIS FIOS 06 UF 250 VAC.	16,84	336,80
34	20	UNID	CAPACITOR DOIS FIOS 08 UF 250 VAC.	20,09	401,80
35	20	UNID	CAPACITOR TRÊS FIOS 04 UF 250 VAC.	16,64	332,80
36	20	UNID	CAPACITOR TRÊS FIOS 06 UF 250 VAC.	23,13	462,60
37	20	UNID	CAPACITOR TRÊS FIOS 08 UF 250 VAC.	21,39	427,80
38	5	UNID	CHAVE DE FENDA E PHILIPS	29,63	29,63



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

			IMANTADA 6 PEÇAS		
39	5	UNID	CHAVE DE FENDA PHILIPS 6 PEÇAS PONTA FOSFATIZADA.	44,72	223,60
40	10	UNID	CHAVE DE TESTE DIGITAL	10,09	100,90
41	3	UNID	CHAVE GRIFO CANO 12 POLEGADAS PROFISSIONAL CABO EMBORRACHADO	39,17	117,51
42	3	UNID	CHAVE GRIFO CANO 18 POLEGADAS PROFISSIONAL CABO EMBORRACHADO	70,55	211,65
43	3	UNID	CHAVE GRIFO CANO 24 POLEGADAS PROFISSIONAL CABO EMBORRACHADO	136,55	409,65
44	2	UNID	CHAVE INGLESA 10	41,02	82,04
45	10	UNID	CHAVE MAGNÉTICA 1,5CV	162,08	1.620,80
46	10	UNID	CHAVE MAGNÉTICA 10CV	334,33	3.343,30
47	10	UNID	CHAVE MAGNÉTICA 3CV	179,19	1.791,90
48	10	UNID	CHAVE MAGNÉTICA 5CV	374,69	3.746,90
49	10	UNID	CHAVE MAGNÉTICA 7,5CV	309,23	3.092,30
50	4	UNID	CINTO DE SEGURANÇA PARAQUEDISTA ELETRICISTA COM ENGATE AUTOM. COM TALABARTE DE POSICIONAMENTO	261,56	1.046,24
51	10	ROLO	CONDUTOR ELÉTRICO 6,0MM (CABO), ROLO DE 100M	243,81	2.438,10
52	20	ROLO	CONDUTOR ELÉTRICO TIPO PARALELO 1,5MM (CABO), ROLO DE 100M	298,45	5.969,00
53	10	ROLO	CONDUTOR ELÉTRICO TIPO PARALELO 2,5MM (CABO), ROLO DE 100M	413,00	4.130,00
54	50	UNID	CONECTOR DE 3/8 TIPO U	12,84	642,00
55	150	UNID	CONECTOR DE PERFURAÇÃO PEQUENO	9,98	1.497,00
56	150	UNID	CONECTOR DE PERFURAÇÃO GRANDE	22,36	3.354,00
57	5	UNID	CONTACTOR 3TS47 65ª 220V 2NA+2	461,62	2.308,10
58	10	UNID	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A	48,58	485,80
59	10	UNID	DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A	56,09	560,90
60	10	UNID	DISJUNTOR TRIFÁSICO 25A	56,79	567,90
61	30	UNID	DISJUNTOR TRIFÁSICO 32A	56,01	1.680,30
62	30	UNID	DISJUNTOR TRIFÁSICO 62A	47,11	1.413,30
63	50	UNID	DISJUNTOR MONOFÁSICO 10A	8,74	437,00
64	50	UNID	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A	10,07	503,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

65	50	UNID	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20A	13,04	652,00
66	50	UNID	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25A	11,67	583,50
67	50	UNID	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30A	11,98	599,00
68	50	UNID	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A	15,80	790,00
69	50	UNID	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50A	13,29	664,50
70	16	UNID	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR 20A, CURVA B	11,97	191,52
71	60	UNID	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR 20A, CURVA C	17,52	1.051,20
72	40	UNID	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR 32A, CURVA C	8,55	342,00
73	12	UNID	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR 16A, CURVA B	11,11	133,32
74	20	UNID	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR 16A, CURVA C	11,64	232,80
75	40	UNID	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO UNIPOLAR 25A, CURVA C	11,31	452,40
76	4	UNID	DISP. C/SURTO 65KA 220V ENERBR	70,05	280,20
77	30	UNID	ELETRODUTO PVC ROSCA 1 3/4 COM 3M	12,68	380,40
78	3	UNID	ESCADA ARTICULADA 4X3 DE ALUMÍNIO	535,88	1.607,64
79	200	UNID	FITA ISOLANTE 20MTS	9,50	1.900,00
80	20	UNID	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 10 MTS	18,96	379,20
81	5	UNID	FIO 4MM	270,33	1.351,65
82	50	UNID	FUSÍVEL NH00, 400 VOLTS, DE 6ª	56,04	2.802,00
83	60	PCT	GRAMPO FIXADOR DE FIO	1,97	118,20
84	15	UNID	HASTE DE ATERRAMENTO 3/8 TIPO U	41,94	2.097,00
85	30	UNID	INTERRUPTOR 2 TECLAS+ TOMADA DE EMBUTIR 10ª	11,82	354,60
86	10	UNID	INTERRUPTOR COM TOMADA SOBREPOR SISTEMA X, 10ª C/ CX.	10,44	104,40
87	1	UNID	INTERRUPTOR DIF. BIPOL. 63ª 30MA LK	148,04	148,04
88	30	UNID	INTERRUPTOR DUPLO DE EMBUTIR 10ª	11,75	352,50
89	80	UNID	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA DE EMBUTIR 10ª	15,00	1.200,00
90	10	UNID	INTERRUPTOR SIMPLES TIPO PÊRA 10ª	9,58	95,80
91	30	UNID	INTERRUPTOR SIMPLES DE EMBUTIR 10ª	11,79	353,70
92	10	UNID	INTERRUPTOR SOBREPOR SISTEMA X, DE 10ª COM CX.	10,62	106,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

93	20	UNID	INTERRUPTOR TRIPLO DE EMBUTIR 10ª	14,38	287,60
94	3	UNID	JOGO DE CHAVE COMBINADA COM CATRACA DE 8 A 19 MILÍMETROS	336,66	1.009,98
95	30	UNID	LÂMPADA A VAPOR METÁLICA ALTA PRESSÃO 150W ROSCA E-40	25,20	756,00
96	30	UNID	LÂMPADA A VAPOR METÁLICA ALTA PRESSÃO 150W ROSCA E-27	31,83	954,90
97	40	UNID	LÂMPADA A VAPOR METÁLICA ALTA PRESSÃO 400W ROSCA E-40	30,99	1.239,60
98	80	UNID	LÂMPADA A VAPOR METÁLICA ALTA PRESSÃO 70W ROSCA E-27	19,18	1.534,40
99	100	UNID	LAMPADA TUBULAR LED 20W T8 60CM	11,19	1.119,00
100	200	UNID	LAMPADA TUBULAR LED 40W T8 1850/M BIVOLT 6500K 120CM	12,82	2.564,00
101	300	UNID	LAMPADA LUMINÁRIA LED SLIM BRANCO FRIO 40W 120CM	45,00	13.500,00
102	300	UNID	LÂMPADA BULBO LED 20W	10,93	3.279,00
103	300	UNID	LAMPADA BULBO LED 15W	8,42	2.526,00
104	400	UNID	LÂMPADA BULBO LED 40W	16,56	6.624,00
105	300	UNID	LÂMPADA BULBO LED 30W	15,41	4.623,00
106	500	UNID	LÂMPADA BULBO LED 50W	28,60	14.300,00
107	4	UNID	LÂMPADA HALÓGENA PARA MICROSCÓPIO 6V 20W G4	25,36	101,44
108	4	UNID	LANTERNA LED HOLOFOTE COM 19 LEDS RECARREGÁVEL BI VOLT	51,47	205,88
109	300	UNID	LUMINÁRIA PÚBLICA ABERTA ROSCA E-27	45,44	13.632,00
110	50	UNID	LUMINÁRIA PÚBLICA PARA POSTE LED 300W 650K BRANCO FRIO 220V	133,63	6.681,50
111	100	UNID	LUMINÁRIA PÚBLICA PARA POSTE LED 150W 650K BRANCO FRIO 220V	246,01	24.601,00
112	20	UNID	LUMINÁRIA LED EMBUTIR QD BR 24W 6500K SLI	26,04	520,80
113	20	UNID	LUVA DE SEGURANÇA PETROLEIRA COURO VAQUETA CANO CURTO	17,64	352,80
114	8	PAR	LUVA DE VAQUETA, CANO LONGO, MISTA TIPO PETROLEIRO	33,48	267,84
115	5	PAR	LUVA ISOLANTE DE BORRACHA DE 1000VOLTS, CLASSE C	279,04	1.395,20
116	12	UNID	LUVA MAXIFLEX FOAM DA -11874F CA27955 TAMANHO M	38,99	467,88
117	20	UNID	LUVA PARA ELETRICISTA FLEXÍVEL MULTITATO POLIURETANO USO GERAL TAMANHO M	26,85	537,00
118	10	UNID	ÓCULOS DE PROTEÇÃO UVA E UVB	26,71	267,10
119	300	UNID	PARAFUSO PARA POSTE DE	12,10	3.630,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

			CONCRETO TIPO DT 30CM		
120	100	UNID	PLUGUES TRIPOLAR 10ª (MACHO)	15,82	1.582,00
121	3	UNID	QUADRO DE COMANDO 50X40X20 HERMET	387,33	1.161,99
122	10	UNID	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 12 A 16 DISJUNTORES	141,20	1.412,00
123	10	UNID	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 6 A 8 DISJUNTORES	34,58	345,80
124	10	UNID	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 8 A 12 DISJUNTORES	50,70	507,00
125	15	UNID	RACK	239,67	3.595,05
126	40		REATOR MISTO DE VAPOR METÁLICO 150W	77,54	3.101,60
127	20	UNID	REATOR MISTO DE VAPOR METÁLICO 70W	82,70	1.654,00
128	20	UNID	REATOR MISTO VAPOR METÁLICO 400W	116,96	2.339,20
129	50	UNID	REFLETOR DE LED 200W	103,00	5.150,00
130	50	UNID	REFLETOR DE LED 100W	130,29	6.514,50
131	50	UNID	REFLETOR DE LED 150W	78,52	3.926,00
132	50	UNID	REFLETOR DE LED 300W	72,56	3.62,00
133	700	UNID	RELÉ FOTOELÉTRICO NF/NC	26,31	18.417,00
134	20	UNID	ROLDANA	25,99	519,80
135	5	UNID	SINALEIRO LED 220BR LK16-22 L	25,79	128,95
136	130	UNID	SOQUETE DE PORCELANA E-27 (BOCAL)	8,38	1.089,40
137	50	UNID	SOQUETE PLAFON PARA LÂMPADAS ROSCA E-27 TIPO TETO	3,77	188,50
138	30	UNID	TOMADA DE EMBUTIR 20ª	19,30	579,00
139	60	UNID	TOMADA DUPLA DE EMBUTIR 10ª	18,19	1.091,40
140	200	UNID	TOMADA MÓVEL PARA EXTENSÃO 10ª (FÊMEA)	8,52	1.704,00
141	150	UNID	TOMADA SIMPLES DE EMBUTIR 10ª	7,94	1.191,00
142	30	UNID	TOMADA SOBREPOR SISTEMA X, 10ª COM CX.	14,24	427,20
143	10	UNID	TOMADA SOBREPOR SISTEMA X, 20ª COM CX.	8,45	84,50
144	03	UNID	BOLSA BALDE EM LONA TELECOM, TAMANHO MÉDIO, PARA ELETRICISTA IÇAR FERRAMENTAS	63,45	190,35
145	02	UNID	FURADEIRA PARAFUZADEIRA DE IMPACTO BIV 12V	381,68	763,36
146	01	UNID	GUINCHO MANUAL TIFOR TALHA 2 TON, COM CATRACA 7RM	94,61	94,61
147	02	UNID	ESTICADOR PARA CABO DE	68,15	1.363,0



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

			ALUMINIO 10/16/25MM		
148	02	PAR	ESFORA PARA ELETRICISTA	245,06	490,12
149	03	ROLO	CABO CONCENTRICO 10MM	423,24	1.269,72
			VALOR TOTAL ESTIMADO	15.221,77	301.823,09

LOTE 05: MATERIAL ELETRICO E HIDRAULICO PARA ADUTORAS E POÇOS ARTESIANOS.

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	V. UNIT.	VALOR. TOTAL
1	04	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 2CV MONOFÁSICA	1.469,62	5.878,48
2	04	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 2CV TRIFÁSICA	2.236,20	8.944,80
3	08	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 3CV MONOFÁSICA	3.806,28	30.450,24
4	08	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 3CV TRIFÁSICA	4.705,38	37.643,04
5	02	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 5CV TRIFÁSICA	5.543,53	11.087,06
6	04	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 7,5CV TRIFÁSICA	7.612,27	30.449,08
7	02	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 10CV TRIFÁSICA	10.368,07	20.736,14
8	04	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 12,5CV TRIFÁSICA	15.271,13	61.084,52
9	02	UNID	MOTORBOMBA HORIZONTAL 15CV TRIFÁSICA	14.986,85	29.973,70
10	30	UNID	BÓIA DE NIVEL	53,00	1.590,00
11	60	UNID	BÓIA DE NÍVEL ELETRICA	46,19	2.771,40
12	03	UNID	BOMBA SUBMERSA DE 0,5CV MONOFÁSICA	1.006,17	3.018,51
13	04	UNID	BOMBA SUBMERSA DE 1CV MONOFÁSICA 220 VOLTS	762,06	3.048,24
14	04	UNID	BOMBA SUBMERSA DE 1,5CV MONOFÁSICA 220 VOLTS	1.101,62	4.406,48
15	04	UNID	BOMBA SUBMERSA DE 2CV MONOFÁSICA 220 VOLTS	1.826,86	7.307,44
16	02	UNID	BOMBA SUBMERSA DE 2CV TRIFÁSICA 220 VOLTS	1.817,64	3.635,28
17	02	UNID	BOMBA SUBMERSA DE 3CV TRIFÁSICA 220 VOLTS	2.538,22	5.076,44
18	02	UNID	INVERSOR DE FREQUENCIA ENTRADA MONO/TRI SAÍDA TRIFÁSICA	6.967,33	13.934,66
19	04	UNID	CHAVE DE PARTIDA DIRETA MONOFÁSICA 2CV	157,07	628,28
20	06	UNID	CHAVE DE PARTIDA DIRETA MONOFÁSICA 3CV	201,59	1.209,54



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

21	06	UNID	CHAVE DE PARTIDA DIRETA TRIFÁSICA 3CV	353,81	353,81
22	04	UNID	CHAVE DE PARTIDA DIRETA TRIFÁSICA 5CV	554,60	2.218,40
23	06	UNID	CHAVE DE PARTIDA DIRETA TRIFÁSICA 7,5CV	381,23	2.287,38
24	04	UNID	CHAVE DE PARTIDA DIRETA TRIFÁSICA 10CV	314,36	1.257,44
25	04	UNID	CHAVE DE PARTIDA DIRETA TRIFÁSICA 12,5CV	736,96	2.947,84
26	02	UNID	CHAVE DE PARTIDA DIRETA TRIFÁSICA 15CV	585,74	1.171,48
27	08	UNID	CONTACTOR TRIFÁSICO 7,5CV 380/380 VOLTS	265,02	2.120,16
28	02	UNID	CONTACTOR TRIFÁSICO 15CV 380/380 VOLTS	247,88	495,76
29	06	UNID	CONTACTOR TRIFÁSICO 3CV 220/380 VOLTS	299,57	1.797,42
30	04	UNID	CONTACTOR MONOFÁSICO 3CV 220/220 VOLTS	331,50	1.326,00
31	04	UNID	RELE DE SOBRECARGA TRIFÁSICO FAIXA 2,4... 4 AMPERES	74,30	297,20
32	04	UNID	RELE DE SOBRECARGA TRIFÁSICO FAIXA 5,6...8 AMPERES	80,06	320,24
33	04	UNID	RELE DE SOBRECARGA TRIFÁSICO FAIXA 7...10 AMPERES	118,42	473,68
34	04	UNID	RELE DE SOBRECARGA TRIFÁSICO FAIXA 10...15 AMPERES	70,33	281,32
35	04	UNID	RELE DE SOBRECARGA TRIFÁSICO FAIXA 15...23 AMPERES	104,26	417,04
36	04	UNID	RELE FALTA/FREQUENCIA/ASSIMETRIA DE FASE	242,84	971,36
37	02	UNID	RELE DE NÍVEL DE RESERVATORIO INFERIOR/SUPERIOR	163,11	326,22
38	24	UNID	FUSÍVEL RETARDADO NH00 6A – 500 VOLTS	163,99	3.935,76
39	12	UNID	FUSÍVEL RETARDADO DIAZED 2A – 500 VOLTS	8,27	99,24
40	30	UNID	ELETODO DE NÍVEL DE RESERVATÓRIO TIPO PÊDULO	47,78	1.433,40
41	04	UNID	CAPACITOR PERMANENTE 45UF X400 VOLTS	38,56	154,24
42	04	UNID	CAPACITOR PERMANENTE 40UF X400 VOLTS	41,11	164,44
43	06	UNID	CAPACITOR PERMANENTE 35UF X400 VOLTS	40,50	243,00
44	05	UNID	CAPACITOR PERMANENTE 30UF X400 VOLTS	35,22	176,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

45	16	UNID	CAPACITOR PERMANENTE 6UF X250 VOLTS	15,59	249,44
46	8	UNID	CAPACITOR PERMANENTE 10UF X250 VOLTS	16,04	128,32
47	10	ROLO	CABO ELÉTRICO PP 3X2,5MM C/ 100M	740,70	7.407,00
48	06	ROLO	CABO ELÉTRICO PP 3X4MM C/ 100M	824,48	4.946,88
49	10	ROLO	CABO ELÉTRICO PP 2X4MM C/ 100M	1.051,34	10.513,40
50	06	ROLO	CABO ELÉTRICO PP 2X2,5MM C/ 100M	424,15	2.544,90
51	02	UNID	QUADRO/PAINEL DE COMANDO HERMÉTICA 40X30X20CM	181,54	363,08
52	04	UNID	VÁLVULA DE RETENÇÃO ELÉTRICA 50MM 220 VOLTS	911,00	3.644,00
53	03	UNID	CAIXA D'ÁGUA DE 10.000L	4.676,33	14.028,99
54	07	UNID	CINTA PLÁSTICA	1,42	9,94
55	20	UNID	UNIÃO HIDRÁULICA PVC SOLDÁVEL ROSQUEAVEL 50MM	18,76	375,20
56	30	KG	ELETRODO 48 DE 4MM	36,71	1.101,30
57	50	KG	ELETRODO 6013 DE 4MM	26,79	1.339,50
58	30	UNID	LUVA GALVANIZADA DE 1 ¼ ROSCÁVEL	5,77	173,10
59	50	UNID	LUVA GALVANIZADA DE 1 ½ ROSCÁVEL	7,86	393,00
	15	UNID	LUVA LL DE 100MM	5,74	86,10
60	20	UNID	LUVA GALVANIZADA ROSCÁVEL 1 ¼ DE 90°	5,04	100,80
61	20	UNID	LUVA GALVANIZADA ROSCÁVEL 1 ½ DE 90°	17,13	342,60
62	50	UNID	TUBO DE PVC AZUL IRRIGAÇÃO 75MMX40 DE 6M	83,90	4.195,00
63	20	UNID	TUBO GALVANIZADO DE 1 ¼	83,76	1.675,20
64	20	UNID	TUBO GALVANIZADO DE 1 ½	49,84	996,80
65	30	UNID	TUBO PLÁSTICO DE 1 ¼ ROSCÁVEL	70,20	2.106,00
66	50	UNID	TUBO PLÁSTICO DE 1 ½ ROSCÁVEL	79,13	3.956,50
67	10	UNID	TUBO PVC DE 100MM	57,81	578,10
68	80	UNID	JOELHO SOLDÁVEL DE PVC MARROM IRRIGAÇÃO 32MM	4,16	332,80
69	100	UNID	LUVA SOLDÁVEL DE PVC MARROM IRRIGAÇÃO 32MM	3,07	307,00
70	8	UNID	REGISTRO SOLDÁVEL DE PVC MARROM IRRIGAÇÃO 32MM	23,32	186,56
71	20	UNID	TÊ SOLDÁVEL DE PVC MARROM IRRIGAÇÃO 32MM	12,61	252,20
72	100	UNID	TUBO DE PVC 50MM MARRON	51,97	5.197,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				97.262,66	345.222,73



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

3.2.CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.2.1. Será selecionado o fornecedor que apresente proposta com menor preço para cada item ou grupo, e que cumpra as exigências relativas ao objeto constantes neste Termo de Referência, bem como os critérios de habilitação elencados no Aviso de Contratação Direta ou Edital e neste Termo de Referência.

3.2.2. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e de regularidade trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.

3.3.DA CONTRATAÇÃO

3.3.1. É DISPENSÁVEL o Termo de Contrato e facultada a substituição por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outros instrumentos hábeis, na forma do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.2. Para a referida aquisição do objeto deste Termo de Referência será adotada a formalização através da Nota de Empenho-NE.

4. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO.

4.1. Os produtos deverão ser entregues nos prazos abaixo estabelecidos, contados a partir da aprovação do orçamento prévio e competente ORDEM DE FORNECIMENTO expedida pela Prefeitura Municipal de Abaré/BA;

4.2. A contratada deve entregar o objeto, de acordo com as características elencadas nas especificações de cada item.

4.3. A entrega da aquisição, será feita de forma única ou parcelada, conforme necessidade da Contratante, em local a ser determinado pela contratante em dias úteis das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00.

4.3.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação formal do fornecedor, desde que devidamente justificado e aceito pelo órgão contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e de força maior.

4.4. A entrega dos itens no local indicado pela Contratante é de responsabilidade da Contratada, devendo possuir pessoal habilitado para executar a logística necessária.

4.4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.5. Serão verificadas as mercadorias entregues para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações em que a Contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta.

4.6. Se for constatada desconformidade do produto apresentados em relação às especificações constantes do presente Termo de Referência, o Contratado deverá efetuar a troca, no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação.

Neste caso, o recebimento dos produtos que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo

4.7. Prazo para fornecimento: **07 (sete) dias úteis;**

5. PAGAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Do pagamento

5.1.1. Deverá ser realizada a liquidação da despesa no prazo de até 15 (quinze) dias, com o posterior pagamento por meio de crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

5.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.1.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medida indicadas no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

item 3 deste Termo de Referência.

5.1.4. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

5.1.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.1.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.1.8. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.1.9. Não haverá pagamento antecipado.

5.1.10. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

5.1.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro

5.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no período de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.2.2. Os reajustes de preço serão formalizados por meio de apostilamento, de acordo com o disposto no artigo 136 da Lei nº 14.131/2021.

5.2.3. A Contratante ou a Contratada podem solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando verificado fato imprevisível ocorrido após a apresentação da proposta, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- (a) o evento seja futuro e incerto;
- (b) o evento não ocorra por culpa da Contratada;
- (c) a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante;
- (d) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da Contratada;
- (f) seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas

Os pagamentos devidos serão realizados após a execução do fornecimento.

5.3. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura a descrição dos produtos e quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos.

5.4. O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da contratada, ficando a mesma, ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

6. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual 2025.

6.2. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de Abaré/BA, atendido pela dotação orçamentária abaixo especificada:

SECRETARIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	ORG/UNID.	PROJ./ATIV.	ELEM. DE DESP.	FONTE
------------	-------------------------	-----------	-------------	----------------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

	PROGRAMÁTICA				
Sec. Mun. de Administração	04.122.0005	05.00/05.05	2.401	3.3.90.30.00	1.500.0000
Sec. Mun. de Educação	10.301.0008	06.00/06.06	2.501	3.3.90.30.00	1.500.1001
Sec. Mun. de Desenvolvimento Social	08.244.0007	07.00/07.07	2.601	3.3.90.30.00	1.500.0000
Sec. Mun. de Saúde	10.301.0008	08.00/08.08	2.701	3.3.90.30.00	1.500.1002 1.500.1002
Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Urbanos	04.452.0012	12.00/12.12	2.921	3.3.90.30.00 4.4.90.52.00	1.500.0000 1.500.0000

7. ESTIMATIVA DE CUSTO

7.1. O custo global estimado para a aquisição é de **R\$ - 1.707.497,88 (UM MILHÃO, SETECENTOS E SETE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)**, conforme planilha orçamentária elaborada pelo Setor de Cotação) que é parte integralmente do Edital.

8. DO FUNDAMENTO LEGAL

8.1. Em cumprimento ao dever de licitar previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

8.2. A legislação básica a ser definida como fundamentação para a realização do procedimento licitatório é a lei n. 14.133 de 1 de abril de 2021, na modalidade pregão eletrônico.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;

9.2 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar o objeto;

9.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s) provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;

9.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021;

9.7 Notificar por escrito o preposto da Contratada da não aceitação do objeto, se for o caso, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e eventual rescisão contratual;

Aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Efetuar a entrega dos produtos, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes neste Termo de Referência;

10.2. Arcar com as despesas para a entrega do objeto no local indicado, após a contratação;

10.3. Informar nas embalagens de transporte dos produtos, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, os seguintes dados: n.º e data do contrato ou instrumento equivalente e o nome do fornecedor;

10.4. Corrigir, remover ou substituir, obrigatoriamente e às suas expensas, qualquer produto em que se



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, no mesmo prazo definido para entrega ou em prazo específico, caso tenha sido definido em cláusula própria deste Termo de Referência ou pelo fiscal do contrato;

10.5. Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada;

10.6. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.8. Designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual;

10.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto desta contratação;

10.10. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento do objeto;

10.11. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;

10.12. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes na proposta vencedora;

10.13. Indenizar terceiros, bem como a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

10.14. Responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela Contratante, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato;

10.15. Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, se houver, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa;

10.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência;

11. GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias através de termo de apostilamento ao contrato.

11.3. A Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, por meio de gestor e fiscal integrantes do DAF a serem oportunamente designados, nos termos do Decreto Municipal Nº: 04/2024 e dos artigos 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023.

11.3.1. O fiscal designado acompanhará e anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3.2. O fiscal designado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

11.3.3. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

11.3.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3.6. O aceite ou aprovação do(s) produto(s) pela Administração Pública, na forma do § 2º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, não exclui a responsabilidade civil do(s) contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no item 9 do Aviso de Contratação Direta ou Edital, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada a seguir:

12.1.1. Para a infração de inexecução do Contrato ou equivalente incidirá multa de até 10%;

12.1.2. Para a infração de inexecução parcial do contrato ou equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo incidirá multa de até 30%;

12.1.3. Para a infração de deixar de entregar a documentação exigida para o certame incidirá multa de até 10%;

12.1.4. Para a infração de não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado incidirá multa de até 10%;

12.1.5. Para o atraso injustificado na entrega do objeto do item pelo período de até 07 (sete) dias corridos incidirá multa de 0,5 a 10%;

12.1.6. Para o atraso injustificado na entrega do objeto do item pelo período superior a 07 (sete) dias incidirá multa de 10 a 20%;

12.1.7. Para a infração de apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato ou equivalente, incidirá multa de até 30%;

12.1.8. Para a infração de fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou equivalente, incidirá multa de até 30%;

12.2. Para a infração de compartilhar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, incidirá multa de até 30%.

Abaré/BA, 07 de março de 2025.

JÉSSICA DA SILVA TOLENTINO CERQUEIRA
Séc. Mun. da Adm. e Planejamento

AILTON BARBOSA DE SANTANA
Séc. Mun. da Educação

LUANA KELLY EUFRASIO DA SILVA
Séc. Mun. do Desenvolvimento Social

RAQUEL FERRAZ DA COSTA
Séc. Mun. da Saúde

PEDRO GOMES MARINHEIRO
Séc. Mun. de Infraestrutura Urbanas e Rural



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

EDITAL Nº: 0010/2025-PE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0080/2025

ANEXO II
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ
ATT: PREGOEIRO OFICIAL
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: ____/2025.

Prezados Senhores,

Apresentamos a Vossa Senhoria, nossa proposta de preços para os produtos abaixo relacionados, nos termos do Edital e seus Anexos.

ITE M	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT .	MARC A	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Valor por Extenso R\$ - _____ (_____)

1- Manteremos válida a Proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de abertura da licitação, aceitando que, ocorrendo RECURSO contra classificação ou desclassificação, habilitação ou inabilitação de licitante e suas eventuais impugnações, bem como de julgamento das propostas comerciais e de suas eventuais impugnações, durante o período de seus respectivos julgamentos, o prazo de validade da proposta comercial não correrá, tendo em vista o efeito suspensivo desses recursos.

2- Utilizaremos os meios, equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessários à perfeita execução do Contrato, de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, bem como da fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ.

3- Assumimos responsabilidade pelo Fornecimento e/ou serviços prestados, cotados e classificados, com o devido controle de qualidade necessário, conforme exigências editalícias.

4- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como impostos, taxas ou quaisquer outros encargos que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária, e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

5- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a disponibilizar o objeto licitado e solicitado no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato derivado deste processo. Para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

- DADOS DA EMPRESA:
- RAZÃO SOCIAL:
- CNPJ/MF:
- ENDEREÇO:
- CIDADE/UF:
- CEP:
- TEL./FAX:
- E-MAIL:
- BANCO:
- AGÊNCIA:
- CONTA:

• DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

- NOME:
- ENDEREÇO:
- CEP:
- CIDADE/UF:
- CPF/MF:
- RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:
- CARGO/FUNÇÃO:
- NATURALIDADE:
- NACIONALIDADE:
- E-MAIL:

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do declarante



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

EDITAL Nº: 010/2025-PE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0080/2025

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Ref.: Pregão Eletrônico Nº: ____/2025.

_____(razão social da empresa), inscrita no CNPJ sob o Nº: _____, por seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, para todos os efeitos legais, que cumpre plenamente os **REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no **Edital do Pregão Eletrônico Nº: ____/2025**, para sua efetiva participação do referido certame.

Local e data

Assinatura e Carimbo do Representante Legal

CPF Nº:

RG Nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

EDITAL Nº: 010/2025-PE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0080/2025

ANEXO IV
DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES
(Em Papel Timbrado da Empresa)

Ref.: Pregão Eletrônico Nº: ____/2025.

_____(razão social da empresa), inscrita no CNPJ sob o Nº:_____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional Nº: 20, de 1998), acrescido pela Lei Nº: 9.854, de 27 de outubro de 1999, com alterações posteriores.

Local e Data

Assinatura e Carimbo do Representante Legal
CPF Nº:
RG Nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

EDITAL Nº: 010/2025-PE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0080/2025

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006
(Modelo)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: ____/2025

Por este instrumento, a empresa ou o(a) _____, com endereço a _____, inscrita no CNPJ sob o Nº: _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade Nº: _____ e do CPF Nº: _____, **DECLARA**, para fins do disposto no Edital de Pregão Eletrônico Nº: ____/2025 e sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido e diferenciado estabelecido nos Art. 42 a 49 da Lei Complementar Nº: 123/06, e suas posteriores alterações, sendo na presente data considerada: MICROEMPRESA, conforme Inciso I do Artigo 3º da Lei Complementar Nº: 123/2006 e posteriores alterações; EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do Artigo 3º da Lei Complementar Nº: 123/2006 e posteriores alterações, Equiparada.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do Parágrafo 4º, do Artigo 3º, da Lei Complementar Nº: 123/2006 e posteriores alterações, e ciente que a declaração falsa de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) para beneficiar-se do tratamento diferenciado, incorrerá em infração penal e estará sujeita às penas previstas no Artigo 155 da Lei Nº: 14.133/21, sem prejuízo das demais penalidades cíveis, criminais e administrativa cabíveis.

Local e Data

Assinatura e Carimbo do Representante Legal
CPF Nº:
RG Nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

EDITAL Nº: 010/2025-PE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 010/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0080/2025

ANEXO VI MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: ____/2025

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ
E A EMPRESA XXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX NA
FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE ABARÉ**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ**, inscrita no CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20, situada na Av.: Edesio Tolentino, Nº: 156, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Emanuel Mescias Menezes de Andrade, RG Nº: _____, SSP/XX, e do CPF Nº: _____, domiciliado nesta cidade de Abaré/BA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a Empresa: _____, inscrita no CNPJ sob o Nº: _____, sediada na _____, neste ato representada pela Senhor(a): _____, portador(a) do CPF Nº: _____ e RG Nº: _____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam neste ato, o presente contrato de prestação de serviços, fazendo-o segundo as seguintes cláusulas:

DA FUNDAMENTAÇÃO

Este contrato presente contrato fundamenta-se no Art. 92 da Lei Nº: 14.133/2021 e rege-se pelas disposições constantes no Artigo Nº: 92 do referido Diploma Legal (**Lei de Licitações e Contratos Administrativos**) e vincula-se ao Processo de Pregão Eletrônico Nº: ____/2025, e às normas vigentes relativas à matéria e às cláusulas e condições seguintes, sendo ainda parte integrante do presente instrumento, a proposta comercial.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 92, I)

1.1 Constitui o objeto do presente contrato, a **Aquisição de Material de Construção para reparos, reforma e manutenção dos departamentos e prédios públicos municipais; Material Elétrico para reparos, reformas e manutenção dos departamentos e Iluminação Pública; Material de Limpeza Pública e Equipamento de Proteção Individual e Material Hidráulico e Elétrico para reparos, reformas e manutenção de Poços Artesianos e Adutoras no município de Abaré, durante o exercício de 2025, com previsão de entrega parcelada até 31 de dezembro de 2025, conforme especificações e condições constantes no Anexo I no edital do certame**, obedecendo às condições oferecidas na Proposta de preço apresentada pela Contratada, constante dos autos do Processo Administrativo Nº: ____/2025, que independente de transcrição integra este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Art. 92, II e III)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

2.1 Este Contrato vincula-se ao Processo Administrativo Nº: ____/2025 o qual originou o Processo de Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico Nº: ____/2025 cujo a Proposta faz parte deste instrumento, que independente de transcrição integra este instrumento.

PARAGRAFO ÚNICO: Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal Nº: 14.133/2021 e suas alterações posteriores, especialmente quanto aos casos omissos

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO (Art. 92, IV)

3.1 O regime de execução contratual será parcelado, conforme proposta apresentado pela Contratada, constante dos autos do Processo Administrativo Nº: ____/2025, que independente de transição integra este instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, DATA-BASE E PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)

4.1 O presente contrato tem Valor Global estimado de R\$ - _____ (_____)

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3 Os pagamentos serão efetuados até o dia 15 (quinze) dias úteis, após a emissão da Nota Fiscal, e efetuado em moeda nacional através de depósito bancário para a Contratada, mediante a apresentação das Notas Fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente, segundo seus preços unitários e as quantidades efetivamente recebidas, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, referente a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
- b) Prova de regularidade junto ao FGTS.
- c) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho;
- e) Prova de regularidade junto a Fazenda Municipal.

4.4 A emissão da Nota Fiscal/Fatura ser precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

4.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

4.7 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.8 A pagamento será realizado mediante transferência bancária, na agência bancária e conta corrente indicados pelo contratado.

4.9 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

4.10 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.11 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.12 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4.13 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.14 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.15 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.16 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO (Art. 92, VII)

5.1 O presente instrumento de Contrato terá **VIGÊNCIA A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA ATÉ 31/12/2025**.

5.2 As partes poderão, também, alterar esse instrumento de Contrato, através de Termo Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na legislação contratual específica sobre o assunto, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento, mediante convenção das partes, nos termos do Artigo 107, da Lei Nº: 14.133/2021.

5.1.1 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS (Art. 92, VIII)

6.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SECRETARIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ORG/UNID.	PROJ./ATIV.	ELEM. DE DESP.	FONTE
Sec. Mun. de Administração	04.122.0005	05.00/05.05	2.401	3.3.90.30.00	1.500.0000
Sec. Mun. de Educação	10.301.0008	06.00/06.06	2.501	3.3.90.30.00	1.500.1001
Sec. Mun. de Desenvolvimento Social	08.244.0007	07.00/07.07	2.601	3.3.90.30.00	1.500.0000
Sec. Mun. de Saúde				3.3.90.30.00	1.500.1002



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

	10.301.0008	08.00/08.08	2.701		1.500.1002
Sec. Mun. de Infraestrutura e Serviços Urbanos	04.452.0012	12.00/12.12	2.921	3.3.90.30.00 4.4.90.52.00	1.500.0000 1.500.0000

6.2. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos

CLÁUSULA SETIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (Art. 92, XII)

7.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES E PENALIDADES CABÍVEIS (Art. 92, XIV)

8.1 Constituem direitos da **CONTRATANTE** receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado no prazo convencionado.

8.2 Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

8.2.1 Garantir condições para que a **CONTRATADA** execute satisfatoriamente o objeto do presente **CONTRATO**, assegurando-lhe a necessária autonomia no desenvolvimento de suas ações;

8.2.2 Manter informada e esclarecida a **CONTRATADA**, de forma a orientá-la para correto fornecimento de produtos pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento, assim como lhe dar ciência de qualquer alteração do presente Contrato;

8.2.3 Fiscalizar a efetiva e correta execução do objeto do presente **CONTRATO**, emitir relatórios quando verificada irregularidades sanáveis ou não, e se reincidentes ou graves proceder à rescisão do mesmo conforme legislação em vigor;

8.2.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s) provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.2.5 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas

8.2.6 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no § 1º do Artigo 140 da Lei Nº: 14.133/2021.

8.2.7 Notificar por escrito o preposto da Contratada da não aceitação do objeto, se for o caso, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e eventual rescisão contratual;

8.2.8 Aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário.

8.3 Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

8.3.1 Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.3.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal Nº: 8.078/1990);

8.3.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega/execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.3.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei Federal Nº: 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

8.3.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.3.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Município, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.3.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.3.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.3.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.3.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.3.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116, da Lei Federal Nº: 14.133/2021);

8.3.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, Parágrafo Único, da Lei Federal Nº: 14.133/2021);

8.3.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.3.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei Federal Nº: 14.133/2021.

8.3.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante, constante no Termo de Referência anexo;

8.4 A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

I – Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

II - Executar o contrato com atraso injustificado, multa de mora nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso, por cada dia subsequente ao trigésimo.

III - O valor das multas será deduzido do pagamento da fatura da locação eventualmente existente;

IV - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de até 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

V - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

de 5 anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato;

VI - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de até 10 % sobre o valor atualizado do contrato. obrigações da CONTRATADA.

8.5. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei Nº: 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.6. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º, da Lei);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §4º, da Lei);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §5º, da Lei) .

IV) Multa:

- (a) Moratória de no mínimo 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato no caso de pagamento em parcela única ou sobre o valor da parcela caso haja, até o máximo de 30 % (Trinta por cento), após 15 (quinze) dias da ordem de serviço ou pedido de compras emitido pelo setor competente;
- (b) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (c) Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei Nº: 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO (Art. 92, XVI)

9.1 A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

CLÁUSULA DECIMA – GESTÃO DO CONTRATO (Art. 92, XVIII)

10.1 O presente contrato será gerido/fiscalizado por **XXXXXXXXX** – Fiscal dos contratos, devidamente designada através de Portaria Nº: ____/2025.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX)

11.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Artigo 137 da Lei Federal Nº: 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os Artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.10 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.11 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.12 Indenizações e multas.

11.13 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, Caput, da Lei Federal Nº: 14.133/2021).

11.14 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Art. 14, Inciso IV, da Lei Federal Nº: 14.133/2021).

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS (Art. 92, III)

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Nº: 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº: 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- ALTERAÇÕES

13.1 – Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei Nº: 14.133, de 2021.

13.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ-BA

Av.: Edésio Tolentino, Nº: 158, Centro, CEP Nº: 48.680-000
CNPJ Nº: 13.915.657/0001-20 - Tel.: (0xx75) 3287-2222/2470
E-mail: governomunicipal@abare.ba.gov.br

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei Nº: 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO (Art. 92, §1º)

14.1. As partes contratantes elegem o Foro do Município de Abaré, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, nos termos do conforme Art. 92, §1º da Lei Nº: 14.133/21.

14.2 E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Abaré/BA, _____ de _____ de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABARÉ

Emanoel Mescias Menezes de Andrade
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome _____
CPF _____

Nome _____
CPF: _____